



**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

CONTAS INDIVIDUAIS DO EXERCÍCIO

ANO 2005

Semapa – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA. Sociedade Aberta

Av. Fontes Pereira de Melo, 14 – 10º 1050-121 Lisboa · Tel. (351) 213 184 700 · Fax (351) 213 521 748

Mat. Cons. Reg. Com. de Lisboa sob o Nº 2630 · Contribuinte Nº 502 593 130 · Capital Social 118.332.445 Euros

Relatório do Conselho de Administração

Índice	Pág.
1. Síntese da Actividade	1
2. Principais Acontecimentos e Factos Relevantes	3
3. Área Financeira	3
3.1. Financiamentos	3
3.2. Gestão de Riscos	3
3.3. Benefícios de Reforma	4
3.4. Evolução da Cotação	4
3.5. Dividendos	5
3.6. Resultado Líquido do Exercício	5
4. Perspectivas 2006	5
5. Referências Finais	6
6. Proposta de Aplicação de Resultados	7

1. Síntese da Actividade

O ano de 2005 foi um ano particularmente difícil para a economia portuguesa com um crescimento económico praticamente nulo. A simultaneidade do aumento extraordinário do preço do petróleo nos últimos dois anos e a exigência da indispensável contenção das despesas públicas contribuíram para este período de fraca conjuntura no actual ciclo económico. Aliás, estes factores, admitindo que se mantêm, continuarão a produzir consequências negativas por muito mais tempo, o que tem profundas consequências no desempenho das empresas e, muito em particular, das que vendem maioritariamente para o mercado português, como é o caso da área dos cimentos.

A par destes efeitos mais duradouros, a economia portuguesa defronta outros problemas estruturais difíceis de vencer, como os que resultam da concorrência de novos países agora integrados no mercado europeu e mundial. Estes factores assumem particular acuidade para empresas como a Portucel/ Soporcel, cujo mercado de exportação é o destino quase exclusivo da sua produção.

A desaceleração da economia portuguesa em 2005 resultou de uma diminuição acentuada do contributo da procura interna para o crescimento do PIB decorrente em especial da quebra do investimento (-3,1%) e do abrandamento do consumo público. Também a quebra do crescimento das exportações 5,4% em 2004 para 1,8% em 2005 - contribuiu para este fraco desempenho.

Estes desenvolvimentos, quer da procura interna quer do investimento, não podem deixar de ter um impacto significativo no nível da actividade das empresas que se dedicam à produção de bens industriais, como é o caso dos cimentos, papel e pasta de papel.

Atendendo a estes factores condicionantes, a previsão para 2006 encontra-se, naturalmente, rodeada do maior grau de incerteza, embora seja de presumir que a partir de 2007 se possam dissipar alguns destes efeitos negativos mais recentes, permitindo que a economia possa crescer mais normalmente.

Apesar deste enquadramento macroeconómico particularmente difícil, o desempenho da Semapa, em 2005, pode considerar-se positivo.

No que respeita à Gestão de Participações, no início do ano, as sociedades dominadas pela SEMAPA - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA – SEINPAR INVESTMENTS BV e PORTUCEL - Empresa Produtora de Pasta de Papel, SA – alienaram a totalidade das participações sociais que detinham na ENCE - Grupo Empresarial Ence, SA, correspondentes a 8,00% do respectivo capital social, pelo montante de 46 milhões de euros, não tendo, contudo, esta operação gerado mais valia para o Grupo Semapa no exercício de 2005.

Em Dezembro, a SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, através da sua subsidiária integral CMP Investments BV, vendeu a uma sociedade do Grupo Babcock & Brown Ltd., a totalidade da participação social que detinha da Enersis II – Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, representativa de 89,92% do respectivo capital social pelo montante de 420,8 milhões de euros. Com esta operação o Grupo SEMAPA recentrou a sua actividade de “core-business” em duas áreas de negócio, onde aliás já vinha desenvolvendo a sua actividade:

- Cimentos e seus derivados através do Grupo Secil
- Papel e Pasta de Papel através do Grupo Portucel/ Soporcel

Será prioritariamente na consolidação e reforço de posição relativa nestes sectores económicos que a SEMAPA continuará a focalizar a sua orientação estratégica.

As Contas Individuais estão elaboradas segundo o critério POC, com as derrogações necessárias para que o valor dos Capitais Próprios apresentados corresponda ao valor desses mesmos Capitais Próprios na versão consolidada, elaboradas estas de acordo com o IFRS (International Financial Reporting Standards). Estas derrogações têm a ver, nomeadamente com (i) a aplicação retrospectiva do IFRS 3 no âmbito da contabilização de Concentrações de Actividades Empresariais, (ii) do IFRS 41 sobre o Justo Valor dos Activos Biológicos e (iii) com a aplicação do IAS 19 nomeadamente no registo dos desvios actuariais nas responsabilidades pós emprego. Acresce ainda o efeito da harmonização efectuada nas taxas de amortização para as diversas empresas do Grupo.

Em virtude das alterações de participações accionistas ocorridas em 2005 o Resultado Líquido apresentado pela SEMAPA inclui a apropriação de 51% do Resultado Líquido da Secil, de 67,1% do Resultado Líquido da Portucel/ Soporcel e de 89,92% do Resultado Líquido da Enersis II no período de Janeiro a Novembro e do Resultado Líquido da própria SEMAPA decorrente da actividade da sua função de gestão de participações sociais.

Comparando as principais rubricas da Demonstração de Resultados Individuais entre os exercícios de 2004 e 2005, as variações mais significativas ocorrem nos seguintes itens:

- **Proveitos e Ganhos** – Num montante total de 441,8 milhões de euros há a destacar, pela sua relevância:
 - ⇒ o proveito de carácter pontual e não recorrente resultante da venda da participação social que a SEMAPA detinha na Enersis II, de 89,92% do respectivo capital social, que originou uma mais-valia de 384,6 milhões de euros;
 - ⇒ a apropriação de Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas num montante de 44,9 milhões de euros;
 - ⇒ proveitos decorrentes de prestação de serviços no montante de 6,6 milhões de euros;
 - ⇒ juros recebidos de empréstimos a empresas do Grupo no valor de 5,5 milhões de euros,

tendo estes três últimos itens carácter recorrente.

- **Custos e Perdas** – Para além dos custos correntes de funcionamento respeitantes à estrutura da empresa há a salientar, pelo seu valor:
 - ⇒ o provisionamento integral das responsabilidades assumidas com pensões na SEMAPA – num montante de 84,3 milhões de euros – decorrente da aprovação, na Assembleia Geral da Sociedade, de 30 de Março de 2005, do Regulamento de Reforma dos Administradores e
 - ⇒ a constituição de uma provisão para Prémios de desempenho da Administração relativos ao exercício de 2005, num montante estimado de 10,4 milhões de euros.

Por último destacamos o valor do resultado líquido do exercício que atingiu os 329,8 milhões de euros positivos.

2. Principais Acontecimentos e Factos Relevantes

Em Janeiro foi alienada a totalidade da participação social detida na ENCE - Grupo Empresarial Ence, SA, correspondente a 2 037 600 acções representativas de 8,00% do respectivo capital social, pelo montante de cerca de 46 milhões de euros. A referida alienação foi efectuada através das sociedades dominadas pela SEMAPA-Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, SEINPAR INVESTMENTS BV e PORTUCEL - Empresa Produtora de Pasta de Papel, SA.

Em Dezembro, a SEMAPA através da sua subsidiária integral CMP Investments BV, vendeu a uma sociedade do Grupo Babcock & Brown Ltd., a totalidade da participação social que possuía da ENERSIS II - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA, representativa de 89,92% do respectivo capital social. A transacção teve por base um Enterprise Value da Enersis de cerca de 1,005 biliões de euros, tendo a SEMAPA obtido o montante de 420,8 milhões de euros pela venda da referida participação.

3. Área Financeira

3.1. Financiamentos

Em Março, de acordo com o contratado, procedeu-se ao reembolso de 20% do valor nominal das obrigações emitidas no âmbito do empréstimo obrigacionista – Semapa 98 – num montante de 4,5 milhões de euros.

Em Junho, a Semapa SGPS contraiu um financiamento de médio e longo prazo junto da Caixa Galicia no montante de 25 milhões de euros e as suas participadas procederam a uma amortização antecipada do empréstimo, do mesmo montante, obtido junto do Sindicato Bancário constituído pelos Grupos BES e CGD para financiamento parcial da aquisição da Portucel. Em Dezembro, este empréstimo viria a ser amortizado em 350 milhões de euros, na sequência da venda da Enersis.

Em Maio, a SEMAPA recebeu da Portucel, através das suas participadas Seinpart – Participações, SGPS, S.A. e Semapa Investments BV, dividendos no montante de 16,8 milhões de euros provenientes dos resultados do exercício de 2004.

Em Setembro, a SEMAPA e a Cimentospar (sociedade dominada pela SEMAPA) receberam cerca de 13,2 milhões de euros da Secil, 5,1 dos quais a título de distribuição de dividendos antecipados.

A Enersis procedeu ao reembolso integral dos créditos que tinham sido concedidos pela Semapa.

3.2. Gestão de Riscos

A gestão de riscos tem como prioridade a detecção e cobertura dos riscos que possam ter um impacto materialmente relevante no “resultado líquido” e nos “capitais próprios” ou que criem restrições significativas à prossecução do desenvolvimento dos negócios do Grupo.

Atendendo ao objecto da sociedade – gestão de participações sociais, está sujeita a dois tipos de riscos:

- Internos – risco taxa de juro: atendendo às oscilações dos montantes da dívida líquida da Semapa ocorridas durante o exercício, optou-se por mantê-la e à das Holdings Instrumentais em regime de taxa variável
- Externos: os provenientes dos riscos a que estão sujeitas as suas participadas as quais têm contratualizadas operações de forma a minorarem ou a suprimirem os seus riscos (para melhor esclarecimento vejam-se as demonstrações financeiras consolidadas da sociedade)

3.3. Benefícios de Reforma

A implementação do Regulamento de Reforma de Administradores aprovado na Assembleia Geral Anual de Accionistas de 30 de Março de 2005, resultou na constituição de provisões referentes a responsabilidades com serviços passados no montante de cerca de 84 milhões de euros, tendo sido integralmente reconhecidos como custos do exercício de 2005.

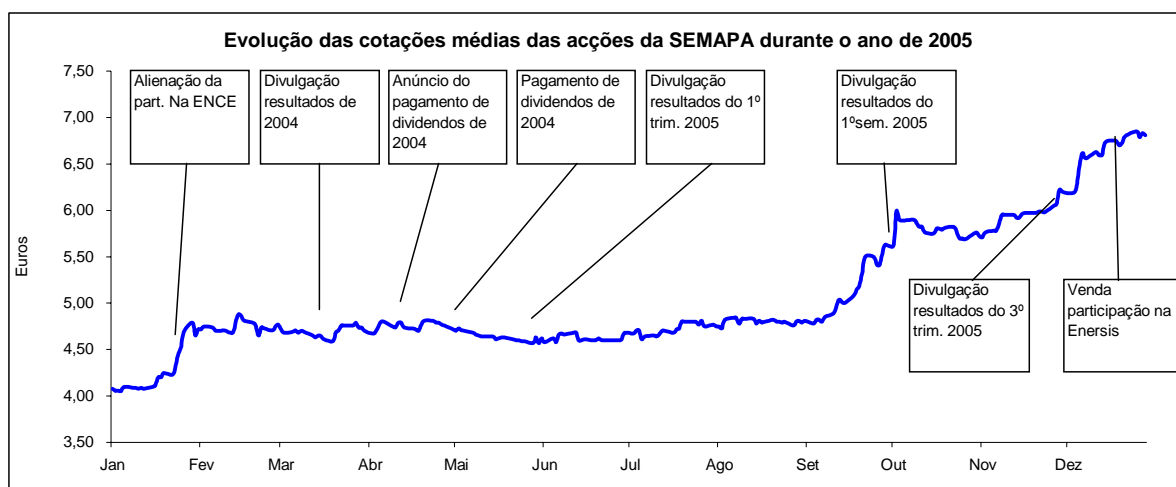
3.4. Evolução da Cotação

Ao longo de 2005, as acções da SEMAPA acumularam uma valorização bastante expressiva, correspondente a cerca de 66%. A cotação média diária deste título variou entre o mínimo de EUR 4,05 e o máximo de EUR 6,85. O volume médio diário, no período em referência, situou-se nos 70 241 títulos.

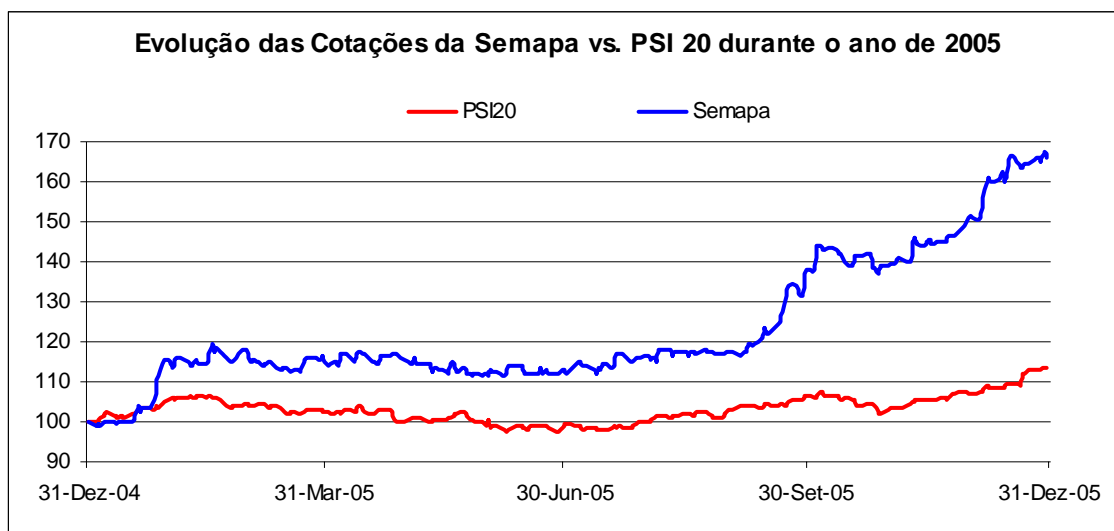
Na sessão após a divulgação dos resultados referentes ao exercício de 2004, ocorrida no dia 15 de Março de 2005, não se registou nenhum ajustamento da cotação do título.

De igual modo, a distribuição de EUR 0,11 por acção em circulação, os quais representaram, em termos líquidos, para os accionistas sujeitos a tributação, cerca de EUR 0,0935 por acção para accionistas residentes e EUR 0,0825 por acção para accionistas não residentes, não teve impacto relevante na formação do preço.

A evolução das cotações médias da Empresa no decurso do exercício de 2005, bem como os principais factos que foram objecto de comunicação ao mercado, encontram-se reflectidos no gráfico que a seguir se apresenta:



Tal como já foi referido, o desempenho das cotações da SEMAPA foi bastante positivo, especialmente quando comparado com o comportamento do principal índice do mercado accionista português – PSI 20, o que pode ser observado no gráfico seguinte:



3.5. Dividendos

No dia 28 de Abril de 2005, a SEMAPA pagou dividendos relativos ao exercício de 2004 no valor global de EUR 13 016 569, o que correspondeu a um dividendo de EUR 0,11 euros por acção em circulação. Este valor representou um acréscimo de 10% face ao dividendo pago no exercício anterior.

3.6. Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do exercício foi de 329 817 303 euros.

4. Perspectivas para 2006

A Sociedade tem como objecto a gestão de participações sociais, e assim sendo a sua evolução está dependente sobretudo da das suas participadas.

Salientamos que os resultados do exercício de 2006 dificilmente serão da magnitude dos registados em 2005 tendo em conta, como explicámos atrás, que são provenientes em grande parte das mais valias realizadas com a alienação da Enersis.

Das áreas de negócio Cimento e seus Derivados – Grupo Secil e do Papel e Pasta de Papel – Grupo Portucel Soporcel, destacamos as seguintes perspectivas relativamente a 2006:

Grupo SECIL

- **Portugal:** perspectiva-se uma tendência de decrescimento em 2006 atendendo às perspectivas gerais do sector da construção;

- **Tunísia:** prevê-se a continuação do abrandamento do mercado verificado em 2005, existindo, contudo, expectativas moderadamente positivas relativamente ao segmento da construção residencial. A evolução das receitas da Société des Ciments de Gab  s continua condicionada pela atitude do governo tunisino no que respeita à liberalização dos preços;
- **Angola:** as perspectivas de evolução do mercado do cimento são favoráveis quer ao nível do país quer ao nível da região Sul, que é o mercado natural da Secil-Lobito, dado as expectativas existentes quanto   realização de um vasto conjunto de obras associadas ao processo de reconstrução do país;
- **Líbano:** a previsão para 2006   de que o mercado poderá crescer tendo em consideração a procura nos mercados próximos, nomeadamente no Iraque e na S ria, e a procura associada a grandes projectos de construção promovidos por investidores  rabes. A concretização desse cenário dependerá muito da resolução da actual crise política que afecta a região do Médio Oriente e o país. A possível adesão do Líbano   Organização Mundial do Comércio poderá levar o Governo Libanês a abdicar da imposição de licenças para importação, o que terá, naturalmente, efeitos sobre o mercado interno de cimento.

Grupo PORTUCEL / SOPORCEL

- Na ausência de alterações significativas no quadro econ mico das principais economias, ou que a actual relação cambial se modifique acentuadamente, não se prevê que o nível de desempenho do Grupo, no horizonte próximo, venha a ser muito diferente do registado em 2005. O Grupo irá continuar a desenvolver políticas com vista   obtenção de melhorias de eficiência da sua actividade.
- O Conselho de Administração do Grupo PORTUCEL / SOPORCEL deliberou avançar com o projecto de instalação de uma nova fábrica de papel no seu complexo industrial de Setúbal, com uma capacidade nominal de 500 mil ton/ano, num investimento previsto de cerca de   490 milhões que permitirá à Empresa reforçar, significativamente, a sua competitividade no mercado de papel, assumindo posição de liderança a nível europeu do mercado de papéis finos não revestidos (UWF). Prevê-se que a nova fábrica inicie a sua produção no segundo semestre de 2008.

A concretização deste investimento está apenas dependente da formalização de um conjunto de incentivos a contratar com a Agência Portuguesa para o Investimento.

5. Referências finais

Apesar da conjuntura particularmente difícil como a que caracterizou o último ano, podemos afirmar que o ano de 2005 representou para a SEMAPA um ano de crescimento e de consolidação da Empresa e do Grupo, hoje reconhecido como um dos maiores grupos empresariais portugueses, e estamos convencidos que a Empresa continuará a responder positivamente aos novos desafios que irá enfrentar.

Antes de terminar, não queremos deixar de expressar os sinceros agradecimentos:

- aos nossos Colaboradores, cujo esforço e dedicação tornou possível o desenvolvimento de uma das mais dinâmicas Empresas/ Grupo portugueses;

- o apoio e compreensão dos nossos Clientes e Fornecedores, assumindo-se como parceiros do nosso projecto;
- a cooperação das Instituições Financeiras, das Autoridades de Regulação e Fiscalização;
- a colaboração do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral e
- aos nossos Accionistas que continuamente nos têm acompanhado e cuja confiança acreditamos que continuaremos a merecer.

A todos deseja, por isso, o Conselho de Administração expressar o seu reconhecimento.

6. Proposta de Aplicação de Resultados

- Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera;
- Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade, e
- Considerando ainda que a alienação pela sociedade da sua participação na Enersis II gerou resultados extraordinários e não recorrentes que justificam plenamente o pagamento de um dividendo de valor significativamente superior àquele que seria proposto se não tivesse ocorrido o referido ganho,

Propõe-se a seguinte aplicação para o saldo da conta de Resultados Líquidos de 329 817 303 euros:

Dividendos às acções em circulação (de 0,42 euros/ acção)	49 699 627 euros
Reserva Legal	1 445 412 euros
Reservas Livres	278 672 264 euros

Lisboa, 01 de Março de 2006

O Conselho de Administração

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Luís Manuel Pego Todo Bom
Vogal

RELATÓRIO
sobre a estrutura e as práticas do governo societário
Exercício 2005

Capítulo 0
Declaração de cumprimento

Recomendação nº 1

A sociedade assegura a existência de um permanente contacto com o mercado, respeitando o princípio da igualdade de tratamento dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores. Funciona para o efeito na sociedade um gabinete de apoio ao investidor, nos termos adiante desenvolvidos.

A recomendação é pois integralmente adoptada.

Recomendação nº 2

A recomendação é adoptada no que respeita ao voto por correspondência, sendo disponibilizado no sítio da sociedade na internet o boletim de voto e exigida uma antecedência para recepção dos votos de apenas três dias úteis, sem qualquer outra limitação estatutária ao exercício do voto por esta forma.

Quanto a restrições ao voto por representação, os estatutos da sociedade consagram só a restrição para a representação de pessoas singulares a que se refere o artigo 380º nº 1 do Código das Sociedades Comerciais.

A recomendação para que a exigência de antecedência do depósito ou bloqueio das acções não seja superior a cinco dias úteis não vinha a ser adoptada pela sociedade, uma vez que os seus actuais estatutos exigem 8 dias de calendário de antecedência para recepção dos documentos comprovativos do bloqueio. Tratava-se pois de uma diferença de um dia que, precisamente por se tratar de apenas um dia, não correspondia a uma divergência dos princípios que se pretendem defender na recomendação em causa.

Não obstante, o Conselho de Administração entendeu propor aos accionistas uma alteração do prazo para apenas cinco dias, proposta essa que consta da ordem de trabalhos da assembleia geral anual onde será submetida a discussão e votação.

Esta recomendação não é pois integralmente adoptada nesta data, sendo no entanto de prever que o seja a muito curto prazo, se os accionistas assim o entenderem.

Recomendação nº 3

A recomendação no sentido de criar um sistema interno de controlo de riscos é adoptada pela sociedade.

Para além de organismos e mecanismos próprios que existem ao nível das sociedades participadas, funciona na própria sociedade uma Comissão de Controlo Interno (CCI) com competências específicas na área do controlo de riscos, nos termos adiante descritos.

Recomendação nº 4

Não existem quaisquer medidas adoptadas com o objectivo de impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição, sendo por isso esta recomendação plenamente acolhida.

Recomendação nº 5

O órgão de administração é composto por uma pluralidade de membros que exercem uma orientação efectiva em relação à gestão da sociedade e aos seus responsáveis, nos termos adiante mais desenvolvidos. A recomendação neste sentido é pois adoptada pela sociedade.

Recomendação nº 5-A

Na sociedade existe um número de administradores não executivos que assegura o acompanhamento e avaliação contínua da gestão da sociedade por parte dos administradores executivos.

Para além do exercício destas funções por administradores não executivos, existe também um organismo interno, a Comissão de Controlo Interno, da qual não podem fazer parte administradores com funções executivas, e que tem também um papel relevante de controlo e acompanhamento, tendo designadamente funções consultivas no que respeita à escolha dos auditores externos.

Esta recomendação é pois plenamente adoptada pela sociedade.

Recomendação nº 6

Não existem nesta data membros independentes no Conselho de Administração da sociedade, segundo o conceito adoptado no n.º 2 do artigo 1º do Regulamento CMVM 7/2001, sendo no entanto uma situação susceptível de alteração na assembleia geral anual em que se vai proceder à eleição dos titulares dos órgãos para o próximo quadriénio, se for essa a vontade dos accionistas.

Não obstante, a recomendação é adoptada pela sociedade, devido à existência de pelo menos um titular do órgão de fiscalização que respeita os critérios de independência fixados no regulamento referido e que desempenha efectivamente funções sucedâneas das que seriam exercidas por um administrador qualificável como independente. A pessoa em causa, o Senhor Dr. Duarte Nuno d'Orey da Cunha, para além do efectivo exercício das funções de fiscalização que resultam da lei, designadamente no que diz respeito à fiscalização geral da administração e vigilância do cumprimento da lei, é membro da Comissão de Controlo Interno da sociedade, também com funções na área da fiscalização e controlo, incluindo designadamente poderes consultivos quanto à escolha dos auditores externos.

É pois, como se disse, uma recomendação adoptada pela sociedade.

Recomendação nº 7

Funciona na sociedade uma Comissão de Controlo do Governo Societário (CCGS) com atribuições específicas na avaliação da estrutura e governo societário, nos termos adiante desenvolvidos. É uma recomendação que a sociedade adopta agora plenamente.

Recomendação nº 8

A estrutura da remuneração do Conselho de Administração, que nos termos estatutários pode ser constituída por uma parte fixa e outra variável, sendo que a parte variável pode compreender uma participação nos lucros, permite um alinhamento dos interesses dos administradores com os da sociedade.

Não é adoptada a recomendação no sentido da divulgação da remuneração dos administradores em termos individuais. A não adopção fica a dever-se à ponderação de todos os interesses em causa que, no entender da administração, para além de outros potenciais efeitos negativos, aponta no sentido de não serem os ganhos resultantes dessa divulgação superiores ao direito de reserva e privacidade de cada administrador.

Recomendação nº 8-A

Recomenda-se que a Comissão de Remunerações submeta à assembleia geral um documento contendo orientações a observar pela comissão. Esta recomendação não foi ainda acolhida, sem que tal represente qualquer divergência quanto à conveniência da sua adopção. Efectivamente, cessando na próxima assembleia geral o mandato da Comissão de Remunerações actualmente em funções, entenderam os seus membros que a iniciativa e as opções quanto ao conteúdo do documento deveriam caber a quem vier a exercer as funções nos próximos anos.

Recomendação nº 9

A Comissão de Remunerações da sociedade é composta apenas por pessoas colectivas o que, face ao conceito de independência seguido pela recomendação, leva a que não possa deixar de se considerar plenamente adoptada.

Recomendação nº 10

Esta recomendação não é aplicável por não ter sido até hoje adoptado pela sociedade qualquer plano de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções.

Recomendação nº 10-A

A sociedade adoptou um regime interno de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio, no qual são consagrados os meios de comunicação, as pessoas com legitimidade para as receberem, o regime de tratamento e outros elementos adiante desenvolvidos.

Trata-se pois de uma recomendação plenamente adoptada pela sociedade.

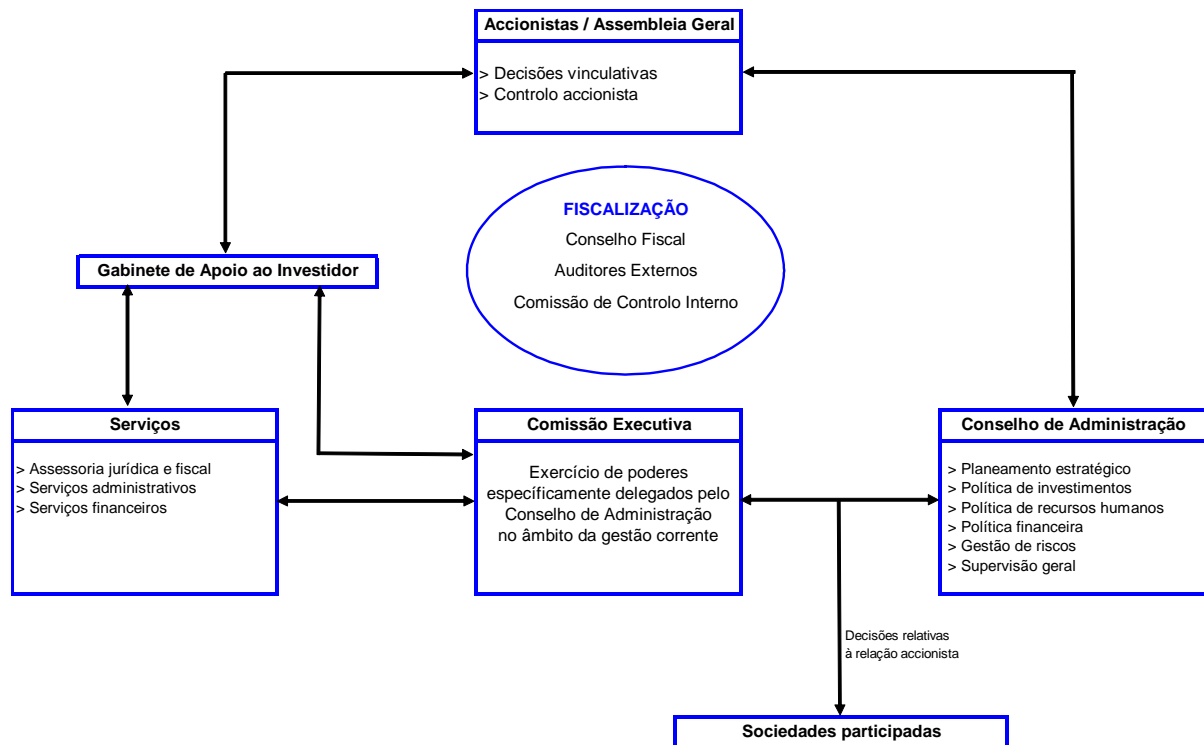
Recomendação nº 11

Esta recomendação não é aplicável à sociedade por ser dirigida apenas a investidores institucionais.

Capítulo I
Divulgação de Informação

1. Mapas Funcionais

Apresenta-se de forma gráfica simplificada o organigrama relativo à repartição de competências no quadro do processo de decisão empresarial:



No que concerne a distribuição de pelouros entre os titulares do órgão de administração, muito embora não exista uma compartimentação rígida de funções e responsabilidades, podem ser identificados essencialmente quatro núcleos:

- 1º Planeamento estratégico e política de investimentos, que cabe ao Presidente do Conselho de Administração Senhor Pedro Mendonça de Queiroz Pereira e Administrador Senhor Eng. Carlos Eduardo Coelho Alves.
- 2º Política financeira e gestão de riscos, que cabe ao Administrador Senhor Dr. José Alfredo de Almeida Honório.
- 3º Política de recursos humanos e controlo administrativo, que cabe ao Administrador Senhor Dr. Francisco José de Melo e Castro Guedes.
- 4º Supervisão geral que cabe em especial ao Administrador Senhor Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses, único administrador que integra a Comissão de Controlo Interno.

2. Comissões específicas

Funcionam no âmbito da sociedade três comissões específicas: a Comissão de Remunerações, a Comissão de Controlo Interno e a Comissão de Controlo do Governo Societário.

A Comissão de Remunerações tem atribuições específicas na área da definição das remunerações dos órgãos sociais e é composta pelos seguintes membros, todos eles pessoas colectivas accionistas da sociedade:

Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.
Longapar, SGPS, S.A.

A Comissão de Controlo Interno (CCI) tem atribuições na área da detecção e do controlo de todos os riscos relevantes na actividade da sociedade, em especial dos riscos jurídicos e financeiros, como adiante se desenvolve, sendo composta pelas seguintes pessoas:

Dr. Duarte Nuno D'Orey da Cunha – membro do Conselho Fiscal
Dr. Henrique Reynaud Campos Trocado – Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses – Administrador não executivo

A Comissão de Controlo do Governo Societário (CCGS) tem por objecto a supervisão permanente do cumprimento pela sociedade das disposições legais, regulamentares e estatutárias aplicáveis ao governo societário, a análise crítica das práticas e comportamentos da sociedade no âmbito do governo societário, e a iniciativa no sentido de propor a discussão, alteração e introdução de novos procedimentos que visem o aperfeiçoamento da estrutura e governo societários.

A CCGS reúne com a periodicidade compatível com o exercício das suas competências, tendo a obrigação de submeter anualmente ao Conselho de Administração um relatório completo sobre a situação do governo da sociedade e as propostas de alteração que entenda convenientes.

Esta Comissão é composta por três a cinco pessoas nomeadas pelo Conselho de Administração, devendo do mesmo fazer parte pelo menos um administrador não executivo e uma pessoa que não desempenhe funções de administração na sociedade. Fazem nesta data parte da Comissão as seguintes pessoas:

Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses – Administrador não executivo
Eng. Gonçalo Allen Serras Pereira – Consultor que exerceu até 2005 funções de administrador executivo na sociedade
Dr. António Duarte Serrão – Director Geral da sociedade

3. Controlo de riscos

O controlo de riscos na sociedade é efectuado através de uma unidade orgânica com funções específicas nesta área – a Comissão de Controlo Interno –, através da existência de auditorias independentes e através dos órgãos sociais.

A CCI tem como principal objecto a detecção e o controlo de todos os riscos relevantes na actividade da sociedade, em especial dos riscos jurídicos e financeiros, tendo-lhe sido atribuídas todas as competências necessárias ao prosseguimento daquele objectivo, nomeadamente:

- a) Assegurar o cumprimento pela sociedade de todo o quadro normativo que lhe seja aplicável, de natureza legal ou regulamentar,

- b) Acompanhar os negócios da sociedade assegurando uma análise integrada e permanente dos riscos associados aos mesmos,
- c) Fiscalizar a qualidade da informação financeira e contabilística velando pela sua fiabilidade,
- d) Propor a aprovação de medidas concretas e procedimentos relativos ao controlo e redução dos riscos na actividade da sociedade, visando o aperfeiçoamento do sistema interno de controlo de riscos,
- e) Emitir parecer sobre a escolha dos auditores externos e fiscalizar a sua independência, e
- f) Supervisionar o sistema de comunicação de irregularidades no seio da sociedade, cumprindo as atribuições que lhe sejam cometidas nesse âmbito.

A CCI é composta por três a cinco pessoas nomeadas pelo Conselho de Administração, da qual não podem fazer parte administradores com funções executivas, tendo nesta data a composição já acima indicada.

Ainda na vertente interna, para além da relevância nesta área das funções desempenhadas pelo Conselho Fiscal, o controlo de riscos assume particular relevância a nível das principais dominadas onde é diferente a natureza dos riscos e a exposição das sociedades e que dispõem por isso de sistemas próprios e independentes de controlo dos riscos a que estão sujeitas.

A auditoria externa é realizada na Semapa e nas sociedades em relação de domínio pela PricewaterhouseCoopers.

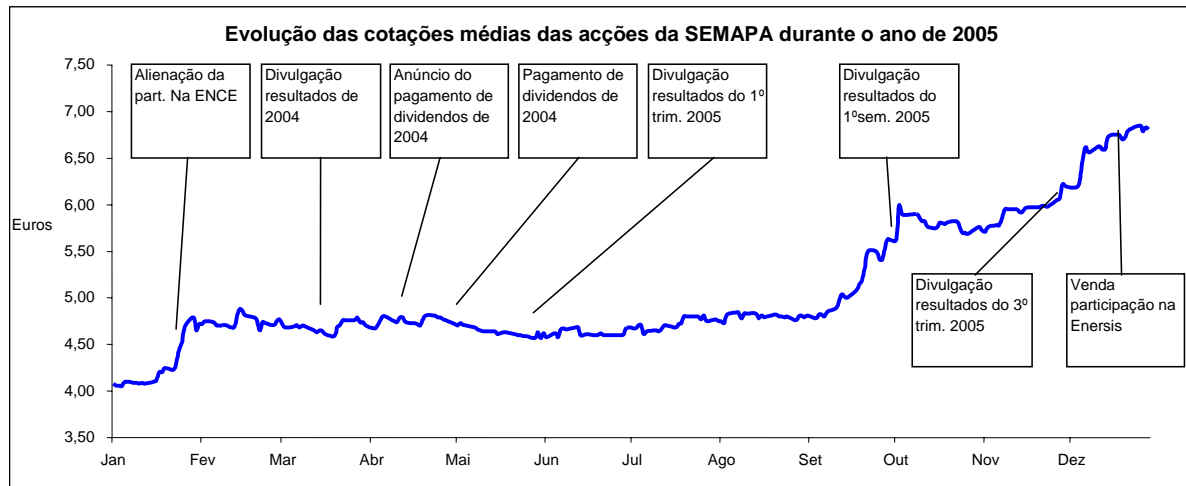
4. Evolução da cotação

Ao longo de 2005, as acções da sociedade acumularam uma valorização bastante expressiva, correspondente a cerca de 66%. A cotação média diária deste título variou entre o mínimo de EUR 4,05 e o máximo de EUR 6,85. O volume médio diário, no período em referência, situou-se nos 70 241 títulos.

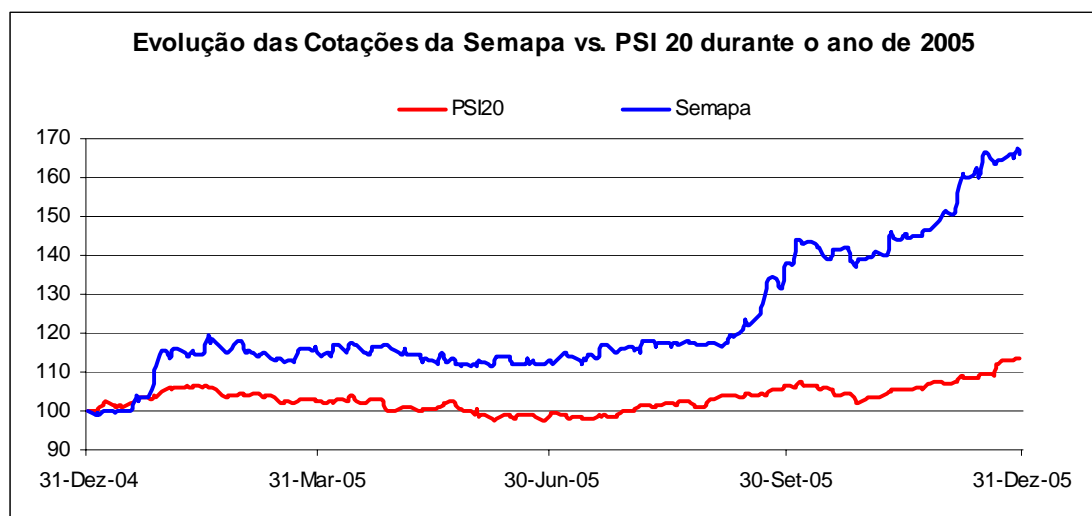
Na sessão após a divulgação dos resultados referentes ao exercício de 2004, ocorrida no dia 15 de Março de 2005, não se registou nenhum ajustamento da cotação do título.

De igual modo, a distribuição de EUR 0,11 por acção em circulação, os quais representaram, em termos líquidos, para os accionistas sujeitos a tributação, cerca de EUR 0,0935 por acção para accionistas residentes e EUR 0,0825 por acção para accionistas não residentes, não teve impacto relevante na formação do preço.

A evolução das cotações médias da empresa no decurso do exercício de 2005, bem como os principais factos que foram objecto de comunicação ao mercado, encontram-se reflectidos no gráfico que a seguir se apresenta:



Tal como já foi referido, o desempenho das cotações da sociedade foi bastante positivo, especialmente quando comparado com o comportamento do principal índice do mercado accionista português – PSI 20, o que pode ser observado no gráfico seguinte:



5. Política de distribuição de dividendos

No que se refere à distribuição de dividendos, a sociedade tem seguido a política de distribuir um montante elevado sem recorrer a endividamento adicional para o efeito e sem pôr em causa a sua solidez financeira. Procura-se manter por um lado uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado da empresa e das diversas áreas de negócio e por outros indicadores sólidos de solvabilidade.

O rácio dividendos distribuídos/ resultados líquidos do ano (pay-out) tem sido elevado tendo registado o máximo de 94% em 1995 e o mínimo de 26% em 2001.

Nos últimos três exercícios foi distribuído o seguinte dividendo por cada acção em circulação:

2003 (relativo ao exercício de 2002)	0,10€ por acção
2004 (relativo ao exercício de 2003)	0,10€ por acção
2005 (relativo ao exercício de 2004)	0,11€ por acção

6. Planos de atribuição de acções e opções

Não existem na sociedade planos de atribuição de acções nem planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

7. Negócios com titulares dos órgãos sociais, titulares de participações qualificadas e sociedades dominadas

Não há, neste âmbito, quaisquer negócios a registar.

8. Serviços de apoio ao investidor

O serviço de apoio ao investidor funciona num gabinete sob a responsabilidade do Senhor Dr. José Miguel Gens Paredes, também representante da sociedade para as relações com o mercado, que dispõe de colaboradores e de acesso em tempo útil a todos os sectores da sociedade por forma a garantir por um lado a eficácia necessária na resposta às solicitações e por outro a transmissão de informação pertinente aos accionistas e investidores de forma atempada e sem desigualdades.

Para além dos contactos gerais da sociedade o Senhor Dr. José Miguel Gens Paredes pode ser contactado através do endereço jmparedes@semapa.pt ou através dos contactos telefónicos gerais da sociedade.

Por este meio é possível ter acesso a toda a informação pública relativa à sociedade. Nota-se, de qualquer forma, que a informação mais usualmente solicitada pelos investidores está disponível no sítio da sociedade na internet em www.semapa.pt.

9. Comissão de remunerações

A Comissão de remunerações da Semapa tem a seguinte composição, já acima indicada:

Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.
Longapar, SGPS, S.A.

No caso da Cimo e da Longapar existem membros do órgão de administração que são também administradores da Semapa.

10. Remuneração paga a auditores

Durante o exercício de 2005 foram suportados pela sociedade e por outras consigo em relação de domínio os seguintes custos com auditores:

Serviços de revisão legal de contas	521 762 € (59,2%)
Outros serviços de garantia de fiabilidade	32 344 € (3,7%)
Serviços de consultoria fiscal	299 481 € (34,0%)
Outros serviços que não de revisão legal de contas	<u>28 120 € (3,1%)</u>
	881 707 € (100,0%)

Nota: Relativamente aos Grupos Portucel Soporcel e Secil, esclarece-se que as verbas referidas incluem 100% dos montantes pagos anualmente por aqueles Grupos de sociedades, independentemente da participação accionista da Semapa.

Quanto aos serviços de consultoria fiscal e outros que não a revisão legal de contas, os nossos auditores têm instituídas exigentes regras internas para garantir a salvaguarda da sua independência, tendo essas regras sido adoptadas na prestação destes serviços e objecto de monitorização por parte da sociedade, em especial pela Comissão de Controlo Interno.

Capítulo II

Exercício de direito de voto e representação accionista

1. Regras societárias sobre direito de voto

Não existem regras societárias que de alguma forma limitem o direito de voto ou que excluam o direito de voto por correspondência. As regras societárias pertinentes no que respeita ao exercício do direito de voto pelos accionistas são apenas as que se desenvolvem nos pontos seguintes.

2. Modelo para voto por correspondência

A sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência. Este modelo está disponível no sítio da sociedade na internet e pode ser pedido através dos serviços de apoio ao investidor.

3. Voto por meios electrónicos

Não é ainda possível o exercício do direito de voto por meios electrónicos. Anota-se que até esta data a sociedade não teve qualquer solicitação ou manifestação de interesse por parte de accionistas ou investidores na disponibilização desta funcionalidade.

4. Antecedência de bloqueio

Os estatutos da sociedade exigem que os accionistas apresentem à sociedade o documento comprovativo da titularidade das acções até oito dias antes da data da assembleia.

Desse documento deverá também resultar que o accionista é titular de acções da sociedade desde pelo menos o trigésimo dia anterior à data da assembleia e que as acções se manterão bloqueadas até ao seu termo. Este prazo de 30 dias pode ser atestado pela entidade depositante sem obrigar a qualquer bloqueio durante a parte desse tempo que excede os 8 dias de calendário da comunicação.

Como se disse acima, o prazo de bloqueio foi objecto de uma proposta do Conselho de Administração no sentido da sua redução para 5 dias, que será submetida à apreciação dos accionistas na próxima assembleia geral.

5. Prazo de recepção de voto por correspondência

Os votos por correspondência podem ser recebidos até três dias úteis antes da data da reunião da Assembleia Geral.

6. Número de acções a que corresponde um voto

Corresponde um voto a cada 385 acções da sociedade.

Capítulo III Regras societárias

1. Códigos de conduta e comunicação de irregularidades

Na sociedade vigora um conjunto de “Princípios Deontológicos” aprovados pelo Conselho de Administração e que estabelecem regras e princípios de natureza deontológica aplicáveis aos trabalhadores e aos membros dos órgãos sociais.

São em especial consagrados os deveres de diligência, traduzidos em obrigações concretas de profissionalismo, zelo e responsabilidade, o dever de lealdade, que no âmbito dos princípios de honestidade e integridade visa especialmente precaver situações de conflitos de interesses, e o dever de confidencialidade com incidência no tratamento de informação relevante.

São ainda consagrados deveres de responsabilidade social empresarial, nomeadamente de defesa ambiental e de protecção de todos os accionistas, concretamente minoritários, assegurando designadamente o cumprimento de deveres de informação e um tratamento igual e justo.

Vigora também na sociedade um “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” que tem como objecto regular a comunicação pelos trabalhadores da sociedade de irregularidades alegadamente ocorridas no seu seio.

Este regulamento consagra o dever geral de comunicação de alegadas irregularidades, indicando a pessoa com competência para as receber, que é designada pelo Conselho de Administração, e prevendo também uma solução alternativa na eventualidade de existir conflito de interesses por parte dessa pessoa no âmbito da comunicação em causa.

A pessoa que recebe as comunicações tem a competência para realizar diligências prévias de natureza preliminar e deve propor à Comissão de Controlo Interno, com responsabilidade de supervisão nesta matéria, o arquivamento imediato da comunicação ou a abertura de um processo completo de averiguação. Este processo completo termina com o arquivamento ou com a apresentação ao Conselho de Administração ou à Comissão Executiva, conforme esteja ou não em causa um titular dos órgãos sociais, de uma proposta de aplicação das medidas mais adequadas face à irregularidade em causa.

O regulamento contém ainda outras disposições, designadamente no sentido de salvaguardar a confidencialidade da comunicação e o tratamento não prejudicial do trabalhador comunicante e a difusão do respectivo regime na sociedade.

Tanto o documento dos “Princípios Deontológicos” como o “Regulamento Relativo à Comunicação de Irregularidades” são de acesso reservado.

2. Controlo de risco na actividade

Existe na sociedade uma unidade orgânica com competência no âmbito do controlo de risco da actividade da sociedade, a Comissão de Controlo Interno, cujas atribuições foram já descritas no ponto 3 do capítulo I.

3. Medidas susceptíveis de interferir em OPAs

Não existem disposições estatutárias ou medidas adoptadas pela sociedade susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas, nem a sociedade tem conhecimento de acordos parassociais que possam ter esse efeito, sem prejuízo da assumida coordenação de direitos de voto por parte de accionistas titulares de mais de metade do capital da sociedade, nos termos indicados no respectivo anexo ao relatório do Conselho de Administração.

Capítulo IV Órgão de administração

1. Caracterização do órgão de administração

O Conselho de Administração da sociedade é composto por sete membros: Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, D. Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos, Eng. Carlos Eduardo Coelho Alves, Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes, Eng. Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses e Eng. Luís Manuel Pego Todo Bom. Nos termos já acima expostos nenhum dos membros do Conselho de Administração é independente segundo o conceito do Regulamento da CMVM nº 7/2001.

Individualiza-se, em relação a cada um dos membros, a natureza das funções, as qualificações profissionais, o número de acções detidas, a data da primeira designação e termo do mandato, a indicação das funções desempenhadas noutras sociedades com a identificação das que fazem parte do grupo Semapa (identificadas com as siglas “GS”), e ainda outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos.

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira

1. Natureza das funções no órgão de administração: Executivas
2. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
3. Qualificações profissionais: Curso Geral dos Liceus em Lisboa e frequência do Instituto Superior de Administração.
4. Data da primeira designação e termo do mandato: 1991 - 2005
5. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMENTOSPAR Participações Sociais, SGPS, Lda (GS)	Gerente
CIMIANTO - Gestão de Participações, SA,	Presidente Conselho Administração
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (GS)	Presidente Conselho Administração
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, SA.....	Presidente Conselho Administração
CMPartin - Inversiones y Participaciones Empresariales SL (GS).....	Presidente Conselho Administração
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, SA (GS).....	Presidente Conselho Administração
ECOLUA - Actividades Desportivas, Lda.....	Gerente
LONGAPAR, SGPS, SA	Presidente Conselho Administração
O E M - Organização de Empresas, SGPS, SA	Presidente Conselho Administração
PARSECIL, SL (GS)	Presidente Conselho Administração
PARSEINGES - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A. (GS).....	Presidente Conselho Administração
PORTUCEL - Empresa Produtora de Pasta e Papel, S.A. (GS).....	Presidente Conselho Administração
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA (GS)	Presidente Conselho Administração
SECILPAR, SL (GS)	Presidente Conselho Administração
SEINPART Participações, SGPS, S.A (GS)	Presidente Conselho Administração
SEMAPA Inversiones, SL (GS).....	Presidente Conselho Administração
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A (GS).....	Presidente Conselho Administração
SODIM SGPS, SA	Presidente Conselho Administração
SOPORCEL - Sociedade Portuguesa de Papel, S.A. (GS)	Presidente Conselho Administração
VÉRTICE-Gestão de Participações, SGPS, SA	Presidente Conselho Administração

6. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	Administrador
GOLIATUR – Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
HOTEL RITZ, S.A.	Administrador
IMOCIPAR – Imobiliária, S.A.	Administrador
LAGUM – Sociedade Imobiliária, Lda.	Gerente
Sociedade Agrícola da QUINTA DA VIALONGA, S.A.	Presidente do Conselho de Administração
SOREL, SGPS, S.A.	Administrador

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos

1. Natureza das funções no órgão de administração: Não executivas
2. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
3. Qualificações profissionais: Curso Geral dos Liceus em Lisboa.
4. Data da primeira designação e termo do mandato: 1994 - 2005
5. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMIANTO-Gestão de Participações, SA	Administradora
O E M - Organização de Empresas, SGPS, SA	Administradora
SODIM, SGPS, SA	Administradora
Hotel RITZ, SA.....	Presidente Conselho Administração
LONGAVIA-Imobiliária, SA	Administradora

6. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

IDEIAS INTERACTIVAS – Informática, S.A.....	Administradora
VÉRTICE – Gestão de Participações, SGPS, S.A.....	Administradora

Carlos Eduardo Coelho Alves

1. Natureza das funções no órgão de administração: Executivas
2. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
3. Qualificações profissionais: Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico (1971).
4. Data da primeira designação e termo do mandato: 1991 - 2005
5. Funções desempenhadas noutras sociedades:

SONACA – Sociedade Nacional de Canalizações, S.A.....	Administrador
SODIM, SGPS, SA	Administrador
SECIL - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA (GS)	Presidente da Comissão Executiva
CMP - Cimentos Maceira e Pataias, SA (GS).....	Presidente da Comissão Executiva
CIMO - Gestão de Participações, SGPS, SA.....	Administrador
SCG – Société des Ciments de Gabès, SA (GS)	Presidente Conselho Administração
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A (GS).....	Administrador
SECILPAR, SL (GS)	Administrador
CIMINPART - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (GS)	Administrador
PARCIM – Investments B.V. (GS)	Administrador
PARSEINGES - Gestão de Investimentos, SGPS, S.A. (GS).....	Administrador

SEINPART Participações, SGPS, S.A (GS)	Administrador
LONGAPAR, SGPS, SA	Administrador
BETOPAL, S.L. (GS)	Administrador
CMPartin-Inversiones y Participaciones Empresariales SL (GS).....	Administrador
PARSECIL, SL (GS)	Administrador
SEMAPA Inversiones, SL (GS).....	Administrador
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, Lda. (GS).....	Gerente
FLORIMAR – Gestão e Participações, SGPS, Soc. Unipessoal, Lda. (GS)	Gerente
PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA (GS).....	Administrador
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, SA (GS)	Administrador

6. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

CIMIANTO - Gestão de Participações, S.A.	Administrador
ENERSIS - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.....	Presidente do Conselho de Administração
FESPECT – Serviço de Consultadoria, S.A.....	Administrador
GOLIATUR - Sociedade de Investimentos Imobiliários, S.A.....	Administrador

José Alfredo de Almeida Honório

1. Natureza das funções no órgão de administração: Executivas
2. Número de acções da sociedade detidas: 20.000 acções
3. Qualificações profissionais: Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (1980)
4. Data da primeira designação e termo do mandato: 1994 - 2005
5. Funções desempenhadas noutras sociedades:

PORTUCEL – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA (GS).....	Presidente da Comissão Executiva
SOPORCEL – Sociedade Portuguesa de Papel, SA (GS)	Presidente da Comissão Executiva
PORTUCEL FLORESTAL – Empresa de Desenv. Agro-Florestal, SA (GS)	Presidente Conselho de Administração
ALIANÇA FLORESTAL – Sociedade para o Des. Agro-Florestal, SA (GS).	Presidente Conselho de Administração
SOPORCEL – Gestão de Participações Sociais, SGPS. S.A.....	Presidente Conselho de Administração
SEMINV - Investimentos, SGPS, S.A (GS).....	Administrador
CMPartin-Inversiones y Participaciones Empresariales SL (GS).....	Administrador
PARSECIL, SL (GS)	Administrador
SEMAPA Inversiones, SL (GS).....	Administrador
CIMENTOSPAR - Participações Sociais, SGPS, Lda. (GS)	Gerente
FLORIMAR – Gestão e Participações, SGPS, Soc. Unipessoal, Lda. (GS)	Gerente
BETOPAL, S.L. (GS)	Administrador
LONGAPAR, SGPS, S.A.	Administrador
CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (GS)	Administrador
PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, S.A. (GS).....	Administrador
SEINPART Participações, SGPS, S.A. (GS)	Administrador
CIMO-Gestão de Participações, SGPS, S.A.....	Administrador
CMP-Cimentos Maceira e Pataias, S.A (GS).....	Administrador
SECIL-Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (GS)	Administrador
HEWBOL – SGPS, L.da (GS).....	Gerente

6. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

PARCIM Investment B.V. (GS)	Administrador
CIMIANTO-Gestão de Participações, SGPS, S.A.	Administrador

CIMPOR – Cimentos de Portugal, SGPS, S.A Administrador
 SECILPAR, SL..... Administrador

Frederico José da Cunha Mendonça e Meneses

1. Natureza das funções no órgão de administração: Não executivas
2. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
3. Qualificações profissionais: Licenciatura em Engenharia Química e Industrial IST (1959); PMD Harvard Business School (1970)
4. Data da primeira designação e termo do mandato: 1994 - 2005
5. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CIMILONGA – Imobiliária S.A..... Presidente Conselho Administração
 LONGAVIA – Imobiliária, S.A. Presidente Conselho Administração
 IMOCIPAR – Imobiliária, S.A. Presidente Conselho Administração
 SONAGI, SGPS, S.A. Presidente Conselho Administração
 SONAGI – Imobiliária S.A. Presidente Conselho Administração
 Sociedade Imobiliária de Baldio de Paula, S.A..... Presidente Conselho Administração
 SAIVANE Imobiliária, S.A. Presidente Conselho Administração
 Hotel RITZ, SA..... Administrador
 Goliatur – Sociedade Investimentos Imobiliários SA Presidente Conselho Administração
 Cunha e Meneses, Lda..... Gerente

6. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

CIMANTO-Gestão de Participações, SA Administrador
 PVQ – Produção de Vinho da Quinta, Lda Gerente
 SCG – Sociéte des Ciments de Gabès, SA (GS) Administrador
 DIMO – Desenvolvimento Imobiliário e Construção, S.A..... Presidente do Conselho de Administração
 ALELUIA – Cerâmica Comércio e Indústria, S.A. Administrador
 SECLA – Sociedade de Exportação de Cerâmica, S.A. Presidente do Conselho de Administração

Francisco José Melo e Castro Guedes

1. Natureza das funções no órgão de administração: Executivas
2. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
3. Qualificações profissionais: Licenciatura em Finanças no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; MBA Insead.
4. Data da primeira designação e termo do mandato: 2001 - 2005
5. Funções desempenhadas noutras sociedades:

CMP- Cimentos Maceira e Pataias, S.A (GS)..... Administrador
 PARSEINGES-Gestão de Investimentos, SGPS, S.A. (GS)..... Administrador
 SECIL – Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A. (GS)..... Administrador
 SEINPART Participações, SGPS, S.A. (GS) Administrador
 SEMINV – Investimentos, SGPS, S.A. (GS)..... Administrador
 SCG – Sociéte des Ciments de Gabès, S.A. (GS) Administrador
 CDS- Ciments de Sibline, SGPS, S.A. (GS)..... Administrador

CIMINPART-Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (GS) Administrador
SEMAPA Inversiones, SL (GS)..... Administrador
SILONOR, S.A. (GS) Administrador

6. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Enersis II, SGPS, S.A. Administrador

Luís Manuel Pego Todo Bom

1. Natureza das funções no órgão de administração: Não executivas
2. Número de acções da sociedade detidas: Não é titular de acções da sociedade
3. Qualificações profissionais: Licenciatura em Eng. Químico-Industrial - Instituto Superior Técnico (1971); Mestrado em Gestão de Empresas - M.B.A. - pela Univ. Nova de Lisboa/Wharton School of Pennsylvania (1982); Stanford Executive Program (1997) & Executive Program on Strategy and Organization (1998) - Universidade de Stanford; Conclusão do primeiro ano do DBA – Doctor of Business Administration Program – Cranfield University (2000) e actualmente doutorando em Estratégia Empresarial, no ISCTE.
4. Data da primeira designação e termo do mandato: 2003 - 2005
5. Funções desempenhadas noutras sociedades:

Amorim Imobiliária, SGPS, S.A. Administrador
Celulose do Caima, SGPS, S.A. Administrador
Companhia de Seguros Sagres, S.A. Administrador
Portugal Telecom Investimentos Internacionais, S.A. Administrador

6. Outras actividades profissionais exercidas nos últimos 5 anos:

Banco Finantia, S.A. Administrador
Ambelis, S.A. Administrador
ParaRede, SGPS, S.A. Administrador

2. Comissão Executiva

A única comissão com competência em matéria de gestão é a Comissão Executiva, sendo composta pelos administradores Senhores Pedro Mendonça de Queiroz Pereira, Eng. Carlos Eduardo Coelho Alves, Dr. José Alfredo de Almeida Honório e Dr. Francisco José Melo e Castro Guedes.

Estão delegados na Comissão Executiva os mais amplos poderes de gestão, na sua grande parte discriminadamente indicados no acto de delegação, e apenas limitados no que respeita à matéria identificada no artigo 407º nº 4 do Código das Sociedades Comerciais

3. Funcionamento do órgão de administração

A gestão da sociedade é centrada na articulação entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

A coordenação e a aproximação é assegurada pela existência de um presidente comum, pela transmissão regular de toda a informação relevante relativa à gestão corrente da sociedade aos membros do Conselho de Administração que não são membros da Comissão Executiva por forma a permitir um acompanhamento permanente da vida societária, e pela convocação de reuniões do Conselho de Administração para todas as decisões consideradas especialmente relevantes, ainda que se enquadrem no âmbito dos poderes gerais delegados.

É relevante notar neste âmbito o facto de existir uma permanente disponibilidade dos membros da Comissão Executiva para prestar as informações que sejam solicitadas pelos restantes membros do Conselho de Administração e a prática seguida de transmissão imediata a estes de todas as informações que a relevância ou urgência assim o imponham.

Estão vedadas à Comissão Executiva as deliberações sobre:

- i) Escolha do Presidente do Conselho de Administração;
- ii) Cooptação de administradores;
- iii) Pedido de convocação de assembleias gerais;
- iv) Relatórios e contas anuais;
- v) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela sociedade;
- vi) Mudança de sede e aumentos de capital, e
- vii) Projectos de fusão, de cisão e de transformação da sociedade.

Não existe definição interna de incompatibilidades ou de número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de gestão de outras sociedades.

Durante o ano de 2005 o Conselho de Administração reuniu sete vezes.

4. Política de remuneração

A política de remuneração, que não é determinada pelo próprio Conselho de Administração, alinha os interesses dos administradores com os da sociedade dividindo a remuneração numa parte fixa e noutra variável.

Quanto à primeira, é estabelecida tendo em conta os usuais critérios em funções de administração, ponderando em especial o nível das responsabilidades, a dimensão e capacidade da sociedade, os valores praticados no mercado para funções equivalentes e a natureza executiva ou não das funções. Quanto à segunda, traduz-se numa participação nos resultados aprovada em assembleia geral e estatutariamente limitada a 5% dos resultados líquidos, havendo casos excepcionais em que a Comissão de Remunerações atribui prémios de desempenho.

Não existe nenhuma definição formal de tratamento remuneratório distinto entre administradores executivos e não executivos, sendo essa circunstância ponderada de forma geral na fixação dos vários valores, quer fixos quer variáveis.

Não existe na sociedade qualquer política relativa a compensações ou outros pagamentos ligados à cessação de funções, que não seja o regime de reformas aprovado em assembleia geral e que adiante se desenvolve.

5. Indicação da remuneração e regime de reforma

Durante o exercício de 2005 a remuneração total auferida pelo conjunto dos administradores na sociedade foi a seguinte, tendo em conta a distinção entre administradores executivos e não executivos e a distinção entre remuneração fixa e variável:

	Adm. executivos	Adm. não executivos	Total
Remuneração Fixa	1.252.416,77€	641.537,70€	1.893.954,47€
Remuneração Variável	11.435.500,00€	864.500,00€	12.300.000,00€
Total	12.687.916,77€	1.506.037,70€	14.193.954,47€

(Valores relativos a 9 administradores, incluindo pois os que cessaram funções durante o exercício)

Os valores indicados como remuneração variável resultam essencialmente da deliberação de aplicação de resultados da assembleia geral que tem aprovado, nos termos do artigo 17.º n.º 3 dos estatutos da sociedade, uma participação dos administradores no resultado. Esta participação, como se disse já, está estatutariamente limitada a 5% do resultado. Para além desse montante, estão compreendidos na remuneração variável prémios de desempenho atribuídos a alguns dos administradores executivos no valor total de 3.200.000€, fixados pela Comissão de Remunerações, e de natureza excepcional, relacionados com a alienação da Enersis.

O sistema variável de remunerações é pois baseado nos resultados e na respectiva deliberação da assembleia geral e pode eventualmente ter também uma componente de prémios de desempenho fixados pela Comissão de Remunerações. É também a Comissão de Remunerações que delibera quanto à distribuição entre os administradores da participação nos resultados aprovada em assembleia geral, não tendo em nenhum dos casos critérios obrigatórios pré-definidos.

Para além destes valores, os administradores executivos da sociedade auferiram também remunerações por funções de administração exercidas em sociedades dominadas que no seu total atingiram 4.934.292,22€.

Na sociedade não existem benefícios de natureza não pecuniária nem outros benefícios pecuniários para além das remunerações indicadas. Não existem também na sociedade direitos de aquisição de acções ou opções sobre acções ou outro sistema de incentivos com acções, tal como não existem indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Está em vigor na sociedade um sistema de reforma para os administradores aprovado em assembleia geral, nos termos do qual os administradores têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia, paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem prestado um mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados na qualidade de administradores. No caso de invalidez, o direito não depende da idade.

O valor da pensão é fixado entre 80% e 27,2% do resultado da divisão por 12 da remuneração fixa anual que o administrador auferir à data da cessação de funções como administrador da Semapa e de qualquer outra sociedade dominada. A percentagem é determinada pelo tempo total de serviço prestado, neste caso incluindo o prestado na Semapa e em sociedades dominadas, na qualidade de administrador ou outra. A percentagem de 80% é aplicável a situações de 20 ou mais anos, sendo sucessivamente aplicáveis percentagens inferiores até aos referidos 27,2% para o mínimo de 8 anos. Na Assembleia Geral de 30 de Março de 2005 foi decidido pelos accionistas a aplicação do limite máximo a 6 administradores.

Com relevância, o regulamento consagra ainda a transmissibilidade de metade do valor da pensão ao cônjuge sobrevivente ou filhos menores ou incapazes, e a obrigatoriedade de deduzir ao valor da pensão quer o montante de serviços remunerados que venham a ser prestados posteriormente à Semapa ou a Sociedades dominadas, quer o valor das pensões que o beneficiário tenha direito a receber de um sistema público de segurança social e respeitem ao mesmo período de serviço.

6. Política de comunicação de irregularidades

As linhas gerais da política de comunicações de irregularidades ocorridas na sociedade ficaram já amplamente descritas no ponto 1 do Capítulo 3 deste relatório, para o qual se remete.

Anexo a que se referem os artigos 447º e 448º do Código das Sociedades Comerciais e a alínea e) do nº 1 do artigo 8º do Regulamento CMVM nº 04/2004 (Exercício de 2005)

1. **Valores mobiliários da sociedade detidos pelos titulares dos órgãos sociais:** José Alfredo de Almeida Honório - 20.000 acções; Duarte Nuno d'Orey da Cunha – 1.130 acções
2. **Os titulares dos órgãos sociais não são titulares de valores mobiliários de sociedades dominadas ou em relação de grupo com a Semapa.**
3. **Valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:** Cimianto – Gestão de Participações, S.A. – 100 acções; Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A. - 14.592.300 acções; Longapar, SGPS, S.A. - 20.000.000 acções; Sodim SGPS, SA - 26.115.000 acções; Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, SA - 642.535 acções; Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA - 1.250.000 acções; OEM - Organização de Empresas, SGPS, SA – 500.000 acções; Cunha e Meneses, Lda – 8.000 acções; Secil Investimentos, SGPS, S.A. – 2.727.975 acções.
4. **Aquisição, alienação ou oneração de valores mobiliários da sociedade ou de sociedades em relação de domínio ou de grupo pelos titulares dos órgãos sociais e pelas sociedades referidas em 3:** Duarte Nuno d'Orey da Cunha adquiriu 1.130 acções da Semapa no dia 14-7-2005 pelo preço unitário de 4,67€, Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. realizou as seguintes operações:

Data	Descrição	Quantidade	Preço (€)
27-1-2005	Compra	735	4,50
27-1-2005	Venda	735	4,50
17-6-2005	Compra	1.000	4,65
20-6-2005	Venda	1.000	4,60
29-9-2005	Compra	1.467	5,45
29-9-2005	Venda	1.467	5,60
4-10-2005	Compra	35.000	5,93
6-10-2005	Compra	10.475	5,98
7-10-2005	Venda	10.475	5,90
28-10-2005	Compra	3.474	5,64
28-10-2005	Compra	1.000	5,70
28-10-2005	Venda	1.000	5,65
2-11-2005	Compra	1.526	5,74
19-12-2005	Venda	40.000	6,77

5. Participações qualificadas calculadas nos termos do artigo 20º do Código de Valores Mobiliários:

Entidade	Nº acções	% acções	% dir. de voto não suspensos
A			
- Cimianto - Gestão de Participações, S.A.	100	0,00%	0,00%
- Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.592.300	12,33%	12,62%
- Longapar, SGPS, S.A.	20.000.000	16,90%	17,30%
- Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, S.A.	1.250.000	1,06%	1,08%
- OEM - Organização de Empresas, SGPS, S.A.	500.000	0,42%	0,43%
- Sociedade Agrícola da Quinta da Vialonga, S.A.	642.535	0,54%	0,56%
- Sodim, SGPS, S.A.	26.115.000	22,07%	22,59%
- José Alfredo Almeida Honório	20.000	0,02%	0,02%
Soma:	63.119.935	53,34%	54,60%
B			
- Banco BPI, S.A.	-	-	-
- Banco Português de Investimento, S.A. – carteira própria	150.680	0,13%	0,13%
- BPI Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	105.388	0,09%	0,09%
- Fundos de Pensões geridos pela BPI Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	10.362.388	8,76%	8,96%
- Fundos de Investimento geridos pela BPI Fundos – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	1.237.518	1,05%	1,07%
Soma:	11.855.974	10,02%	10,26%
C			
- Banco Espírito Santo, S.A.	-	-	-
- Fundo de Pensões do BES gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.	4.982.310	4,21%	4,31%
- Outros Fundos geridos pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.	1.279.005	1,08%	1,11%
- Fundos geridos pela ESAF - Espírito Santo Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	748.191	0,63%	0,65%
- Clientes sob gestão da ESAF - Espírito Santo Gestão de Patrimónios, S.A.	2.500	0,00%	0,00%
Soma:	7.012.006	5,93%	6,07%
D			
- Espírito Santo International	-	-	-
- Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, S.A.	2.529.248	2,14%	2,19%
Soma:	2.529.248	2,14%	2,19%
E			
- Credit Suisse	-	-	-
- Credit Suisse First Boston International	23.095.800	19,52%	19,98%
Soma:	23.095.800	19,52%	19,98%

Esclarece-se que as 2.727.975 acções da sociedade detidas Secil Investimentos, SGPS, S.A., e correspondentes a 2,305% do capital social, estão sujeitas ao regime de acções próprias.

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	31-12-2005		31-12-2004		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31-12-2005	31-12-2004
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido	Activo líquido				
IMOBILIZADO:						CAPITAL PRÓPRIO:			
Imobilizações incorpóreas:						Capital	36, 37 e 40	118.332.445	118.332.445
Despesas de instalação	10	-	-	-	21.569	Prémios de emissão de acções	40	3.923.459	3.923.459
Imobilizações corpóreas:						Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	(21.080.486)	(32.230.787)
Edifícios e outras construções	10	674.581	(67.458)	607.123	-	Reservas:			
Equipamento de transporte	10	135.175	(109.409)	25.766	42.479	Reservas legais	40	22.221.077	13.117.391
Equipamento administrativo	10	189.845	(111.179)	78.666	54.092	Outras reservas	40	249.619.367	101.765.900
Outras imobilizações corpóreas	10	28.925	(3.866)	25.059	2.055	Resultados transitados	40	442.568	(2.557.432)
Imobilizações em curso	10	74.557	-	74.557	-	Resultado líquido do exercício	40	329.817.303	182.073.722
		<u>1.103.083</u>	<u>(291.912)</u>	<u>811.171</u>	<u>98.626</u>	Total do capital próprio		<u>703.275.733</u>	<u>384.424.698</u>
Investimentos financeiros:						PASSIVO:			
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	349.265.474	-	349.265.474	292.530.557	PROVISÕES:			
Títulos e outras aplicações financeiras	10	1.229	-	1.229	1.229	Provisões para pensões	34	84.295.795	-
		<u>349.266.703</u>	<u>-</u>	<u>349.266.703</u>	<u>292.531.786</u>	Outras provisões	34	11.259.810	4.587.844
REALIZÁVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO:								<u>95.555.605</u>	<u>4.587.844</u>
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:						DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
Empresas do grupo	53	422.661.650	-	422.661.650	124.371.545	Empréstimos por obrigações	51	7.856.067	13.467.543
CIRCULANTE:								<u>32.856.067</u>	<u>13.467.543</u>
Dívidas de terceiros - Curto prazo:						DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
Empresas do grupo	53	768.967	-	768.967	15.828.926	Empréstimos por obrigações	51	5.611.476	4.489.181
Estado e outros entes públicos	48	651.019	-	651.019	875.523	Dívidas a instituições de crédito		-	23.002.167
Outros devedores	21, 23 e 49	9.493.125	(7.853.000)	1.640.125	3.878.907	Fornecedores, c/c		179.285	112.570
		<u>10.913.111</u>	<u>(7.853.000)</u>	<u>3.060.111</u>	<u>20.583.356</u>	Empresas do grupo	53	9.458.652	361.816
Títulos negociáveis						Accionistas	52	6.965.125	6.883.458
Outros títulos negociáveis	54	391.932	-	391.932	385.527	Estado e outros entes públicos	48	2.414.684	161.727
Depósitos bancários e caixa:						Outros credores	49	115.346	234.253
Depósitos bancários		80.802.700	-	80.802.700	426.449			<u>24.744.568</u>	<u>35.245.172</u>
Caixa	54	1.715	-	1.715	1.215	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
		<u>80.804.415</u>	<u>-</u>	<u>80.804.415</u>	<u>427.664</u>	Acrescimos de custos	50	778.675	774.544
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:								<u>-</u>	<u>518</u>
Acrescimos de proveitos	50	21.817	-	21.817	58.506	Proveitos diferidos		<u>778.675</u>	<u>775.062</u>
Custos diferidos	50	192.849	-	192.849	21.740	Total do capital próprio e do passivo			
		<u>214.666</u>	<u>-</u>	<u>214.666</u>	<u>80.246</u>			<u>857.210.648</u>	<u>438.500.319</u>
Total de amortizações			(291.912)						
Total de ajustamentos			(7.853.000)						
Total do activo		<u>865.355.560</u>	<u>(8.144.912)</u>	<u>857.210.648</u>	<u>438.500.319</u>				

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004
(Montantes expressos em Euros)

CUSTOS E PERDAS		Notas	31-12-2005	31-12-2004	PROVEITOS E GANHOS		Notas	31-12-2005	31-12-2004
Forneçimentos e serviços externos			1.906.327	1.909.682	Prestações de serviços		44 e 53	6.573.800	1.041.188
Costos com o pessoal:					Proveitos suplementares			3.029	537.096
Remunerações			4.066.865	3.142.518	Proveitos e ganhos operacionais			<u>2.590</u>	<u>2.590</u>
Encargos sociais						(B)		6.579.419	1.580.874
Pensões			84.295.795	-					
Outros			<u>464.368</u>	<u>352.916</u>	3.495.434				
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo		10	138.451	99.600	Ganhos em empresas do grupo e associadas		16 e 45	429.651.283	50.887.963
Ajustamentos		21 e 23	7.451.000	-	Rendimentos de participações de capital		45	10.704	31
Provisões		34	<u>10.429.165</u>	<u>1.186.262</u>	1.285.862	Outros juros e proveitos similares:			
Impostos			346.298	793.640	Relativos a empresas do grupo		45 e 53	5.458.779	6.395.026
Outros custos e perdas operacionais			<u>105.139</u>	<u>451.437</u>	Outros		45	<u>132.217</u>	<u>57.342.512</u>
(A)			109.203.408	7.489.689	(D)			441.832.402	58.923.386
Perdas relativas relativas a empresas do grupo e associadas		16 e 45	1.041.798	8.414.289	Proveitos e ganhos extraordinários		46	1.299	144.458.587
Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros		16, 21 e 45	6.901	3.809.987					
Juros e custos similares:									
Relativos a empresas do grupo		45 e 53	468.238	-					
Outros		45	<u>1.218.692</u>	<u>1.543.371</u>	5.353.358				
(C)			111.939.037	21.257.336					
Costos e perdas extraordinários		31 e 46	<u>5.061</u>	<u>39.732</u>					
(E)			111.944.098	21.297.068					
Imposto sobre o rendimento do exercício		6 e 48	<u>72.300</u>	<u>11.183</u>					
(G)			112.016.398	21.308.251					
Resultado líquido do exercício			<u>329.817.303</u>	<u>182.073.722</u>					
			<u>441.833.701</u>	<u>203.381.973</u>	(F)		<u>441.833.701</u>	<u>203.381.973</u>	
					Resultados operacionais:		(B) - (A)	(102.623.989)	(5.908.815)
					Resultados financeiros:		(D-B) - (C-A)	432.517.354	43.574.865
					Resultados correntes:		(D) - (C)	329.893.365	37.666.050
					Resultados antes de impostos:		(F) - (E)	329.889.603	182.084.905
					Resultado líquido do exercício		(F) - (G)	329.817.303	182.073.722

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por natureza para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Vendas e prestações de serviços	44 e 53	6.573.800	1.041.188
Custo das vendas e das prestações de serviços		<u>(6.330.735)</u>	<u>(4.937.051)</u>
Resultados brutos		243.065	(3.895.863)
Outros proveitos e ganhos operacionais		6.918	539.686
Custos administrativos		(453.123)	(468.065)
Outros custos e perdas operacionais		<u>(102.424.611)</u>	<u>(2.084.573)</u>
Resultados operacionais		(102.627.751)	(5.908.815)
Custo líquido de financiamento		3.904.066	4.911.147
Ganhos / (perdas) em associadas	45	428.602.584	38.663.718
Ganhos / (perdas) em outros investimentos	45	10.704	-
Resultados não usuais ou não frequentes	46	-	<u>144.418.855</u>
Resultados correntes		<u>329.889.603</u>	<u>182.084.905</u>
Impostos sobre o rendimento do exercício	6 e 48	(72.300)	(11.183)
Resultado líquido do exercício		<u><u>329.817.303</u></u>	<u><u>182.073.722</u></u>
Resultado por acção		<u><u>2,79</u></u>	<u><u>1,54</u></u>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA - SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2005 E 2004

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	31-12-2005	31-12-2004
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Pagamentos a fornecedores		(2.804.267)	(4.401.000)
Pagamentos ao pessoal		(18.579.403)	(5.482.864)
Fluxos gerados pelas operações		(21.383.670)	(9.883.864)
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		836.957	(18.881)
Outros recebimentos/ (pagamentos) relativos à actividade operacional		5.542.189	(2.189.494)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(15.004.524)	(12.092.239)
Fluxos das actividades operacionais (1)		(15.004.524)	(12.092.239)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	10	41.090.000	329.688.663
Imobilizações corpóreas		1.000	38.410
Juros e proveitos similares		848.460	369.674
Dividendos	10	404.846.475	90.194.963
		446.785.935	420.291.710
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	10	(66.665.000)	(67.512.284)
Imobilizações corpóreas		(678.705)	(71.298)
		(67.343.705)	(67.583.582)
Fluxos das actividades de investimento (2)		379.442.230	352.708.128
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		50.463.463	165.389.257
Empréstimos concedidos		53.641.448	97.837.611
		104.104.911	263.226.868
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(45.843.228)	(170.242.705)
Empréstimos concedidos		(328.023.049)	(420.011.844)
Juros e custos similares		(1.130.853)	(1.159.200)
Dividendos	40	(13.016.569)	(11.833.245)
		(388.013.699)	(603.246.994)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(283.908.788)	(340.020.126)
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4) = (1) + (2) + (3)		80.528.918	595.763
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	54	661.024	71.666
AJUSTAMENTO DE TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	21	-	(6.405)
REVERSÃO DO AJUSTAMENTO DE TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	21	6.405	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO EXERCÍCIO	54	81.196.347	661.024

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Semapa — Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA ("Empresa") foi constituída em 21 de Junho de 1991 e tem por objecto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, nomeadamente nos sectores da produção de cimento e derivados, de pasta e de papel, através das suas participadas Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA e Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA. Até Dezembro de 2005 a Empresa detinha ainda participação no sector da produção de energia a partir de fontes renováveis através da sociedade Enersis II, SGPS, SA.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade ("POC"). As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

1. DERROGAÇÕES AO PLANO OFICIAL DE CONTABILIDADE

As demonstrações financeiras individuais da Semapa foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com as seguintes derrogações:

- princípio contabilístico do custo histórico na relevação das florestas em crescimento, por aplicação do justo valor conforme disposto na Norma Internacional de Contabilidade ("IAS") 41, em algumas subsidiárias do grupo, com implicações nas demonstrações financeiras da Semapa via aplicação do método da equivalência patrimonial;
- as subsidiárias alteraram a metodologia do reconhecimento subsequente do goodwill, designadamente cessando a sua amortização sistemática e substituindo-a por testes de imparidade, conforme IFRS 3;
- procedeu-se à aplicação da metodologia de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente nos capitais próprios, com efeitos retrospectivos a 1 de Janeiro de 2004, conforme disposto na IAS 19.

2. VALORES COMPARATIVOS

A análise comparativa dos valores apresentados nas rubricas de balanço e nas rubricas da demonstração dos resultados, com os do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, deve ter em consideração as situações acima referidas e cujo impacto é evidenciado nas notas seguintes.

Em 2005 a Empresa procedeu pela primeira vez à periodificação da remuneração variável dos seus administradores, constituindo uma provisão nas contas do exercício em que esta respeita, por contrapartida do resultado do próprio exercício. Se a mesma prática tivesse sido seguida em 2004, o resultado líquido desse exercício seria inferior em €9.100.000 (Nota 34).

As subsidiárias Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA e Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA e as suas filiais valorizam os seus instrumentos financeiros derivados, quer sejam de negociação quer sejam de cobertura, e os activos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor, de acordo com o Decreto-lei nº 88/2004, de 20 de Abril, com implicações nas demonstrações financeiras da Semapa via aplicação do método da equivalência patrimonial, sendo que o efeito em 2004 não é materialmente relevante.

As quantias relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 (comparativo) incluídas nas presentes demonstrações financeiras, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto-lei nº35/2005, de 17 de Fevereiro.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, com as excepções referidas na Nota 1.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

Estas demonstrações financeiras reflectem apenas as contas individuais da Empresa. A Empresa preparou também contas consolidadas, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), as quais reflectem em 31 de Dezembro de 2005 relativamente às contas individuais, as seguintes diferenças, sendo certo que os capitais próprios individuais, em resultado da aplicação do método da equivalência patrimonial às suas subsidiárias, coincidem com os capitais próprios consolidados:

	<u>Aumento</u>
Total do activo	2.616.435.041
Total do passivo	2.073.157.936
Proveitos totais	1.535.578.192
Resultado líquido do período	4.367.163

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas, que compreendem equipamento de transporte, equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas, encontram-se registadas ao custo de aquisição e são amortizadas através do método das quotas constantes, durante um período que varia entre três e dez anos, como se segue:

	<u>Vida útil (anos)</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outras imobilizações corpóreas	4 a 10

b) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo (e subsidiárias de empresas do grupo) e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, absorvendo pois os impactos de alterações de políticas contabilísticas das suas subsidiárias infra expostas.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros são ajustados anualmente pelo montante correspondente à proporção da Empresa nos resultados líquidos das empresas do grupo por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício (Nota 45). Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas, por distribuição de resultados ou reservas, são registados como uma diminuição ao valor dos investimentos financeiros, no exercício em que são atribuídos.

As subsidiárias da Semapa passaram a aplicar em 2005, com efeitos reportados a 1 de Janeiro de 2004, o método de valorização do goodwill, subsequente ao seu reconhecimento inicial, preconizado pela Norma Internacional de Relato Financeiro nº 3 "Concentrações de actividades empresariais". De acordo com esta norma o goodwill não é amortizado e é sujeito a testes de imparidade, numa base mínima anual. As perdas de imparidade relativas ao goodwill não podem ser revertidas.

Ainda durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, algumas das subsidiárias do subgrupo Portucel alteraram a política contabilística de reconhecimento de activos biológicos (florestas em crescimento), passando a aplicar a IAS 41 "Agricultura".

(Montantes expressos em Euros)

As subsidiárias Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA e Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA e as suas filiais valorizam os seus instrumentos financeiros derivados, quer sejam de negociação quer sejam de cobertura, e os activos financeiros disponíveis para venda, ao justo valor, de acordo com o Decreto-lei nº 88/2004, de 20 de Abril. Assim, as variações no justo valor do seus os instrumentos financeiros derivados considerados como de cobertura e dos activos financeiros disponíveis para venda são imputadas directamente aos capitais próprios destas participadas. A variação no justo valor dos instrumentos financeiros considerados como de negociação são inscritas nas respectivas demonstrações dos resultados.

Adicionalmente, as subsidiárias procederam à aplicação da metodologia de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais directamente nos capitais próprios, com efeitos retrospectivos a 1 de Janeiro de 2004, conforme disposto na IAS19.

Os outros investimentos financeiros, nomeadamente os registados na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras são registados ao valor mais baixo de entre o custo de aquisição e o valor de realização líquido.

c) Ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa

O ajustamento para créditos de cobrança duvidosa é calculado tendo por base os riscos previstos de cobrança no final de cada exercício.

d) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos (Nota 50).

e) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício, inclui imposto corrente e diferido, quando aplicável. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas directamente reconhecidos em reservas, caso em que é também reconhecido directamente em reservas, nomeadamente, no que se refere ao efeito das reavaliações.

O imposto corrente sobre o rendimento é determinado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base na responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa fiscal (decretada) que se espera estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe uma razoável segurança de que serão gerados lucros fiscais futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

f) Complementos de pensões de reforma

A Empresa assumiu o compromisso de conceder aos seus administradores prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma, nos termos referidos na Nota 31.

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma são registadas de acordo com os critérios consagrados pela IAS 19.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

g) Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

h) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações financeiras exige que a gestão da empresa efectue julgamentos e estimativas que afectam os montantes de proveitos, despesas, activos, passivos e divulgações à data do balanço. Estas estimativas são determinadas pelo juízo da gestão da empresa, baseado: (i) na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, suplementada, em alguns casos, em relatos de peritos independentes e (ii) nas acções que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro. Todavia, na data de desfecho das operações, os resultados das mesmas poderão ser diferentes destas estimativas.

6. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução aos lucros fiscais gerados durante esse período. A Empresa é tributada individualmente, possuindo reporte de prejuízos fiscais não utilizados, desde 2000, que ascendem a Euros 21.425.514. Conforme referido na Nota 3.e), e dado que a Empresa tem vindo a gerar resultados operacionais negativos, não existe uma razoável segurança de que serão gerados lucros fiscais futuros pelo que não foi efectuado nenhum registo de impostos diferidos activos decorrente dos referidos prejuízos fiscais.

Os ganhos e perdas em empresas do grupo, resultantes da aplicação do método da equivalência patrimonial, são deduzidos ou acrescidas, respectivamente, ao resultado do exercício, para apuramento da matéria colectável.

O imposto sobre o rendimento do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, corresponde ao imposto corrente apurado no montante de Euros 72.300, referente a tributações autónomas.

A reconciliação da taxa efectiva de imposto é evidenciada como segue:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Resultado antes de impostos	329.889.603	182.084.905
Taxa nominal de imposto	27,50%	27,50%
Imposto esperado	<u>90.719.641</u>	<u>50.073.349</u>
Diferenças permanentes (a)	(89.740.762)	(49.999.697)
Ajustamentos à colecta	72.300	11.183
Prejuízos fiscais não recuperáveis	-	-
Prejuízos fiscais utilizados	<u>(978.879)</u>	<u>(73.652)</u>
	<u>72.300</u>	<u>11.183</u>
Taxa efectiva de imposto	<u>0,02%</u>	<u>0,01%</u>

(a) Este valor respeita essencialmente a:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Efeito da aplicação do método da Equivalência Patrimonial (Nota 16)	(428.609.485)	(42.473.674)
Ajustamentos e provisões tributadas (Notas 21 e 34)	17.887.066	4.996.249
Responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 31)	84.295.795	-
Mais valias / (menos valias) não tributadas	(939)	(144.423.547)
Mais Valias fiscais	1.000	60.865
Outros	96.518	23.026
	<u>(326.330.045)</u>	<u>(181.817.081)</u>
Impacto fiscal (27,5%)	<u>(89.740.762)</u>	<u>(49.999.697)</u>

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos e dez anos para a Segurança Social. As declarações fiscais da Empresa relativas aos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA

O número médio de empregados ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foi de 23 e 13 pessoas, respectivamente.

10. MOVIMENTO NO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

Rubricas	Activo bruto				
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Abates e outros	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	236.233	-	-	(236.233)	-
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	-	-	-	674.581	674.581
Equipamento de transporte	164.418	21.500	(50.743)	-	135.175
Equipamento administrativo	136.063	49.426	-	4.356	189.845
Outras imobilizações corpóreas	2.349	2.381	-	24.195	28.925
Imobilizações em curso	-	777.689	-	(703.132)	74.557
	302.830	850.996	(50.743)	-	1.103.083
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo (Nota 16)	292.530.557	66.665.000	-	(9.930.083)	349.265.474
Títulos e outras aplicações financeiras	1.229	-	-	-	1.229
	292.531.786	66.665.000	-	(9.930.083)	349.266.703
	293.070.849	67.515.996	(50.743)	(10.166.316)	350.369.786
Rubricas	Amortizações acumuladas				
	Saldo inicial	Reforço	Alienações	Abates e outros	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	214.664	-	-	(214.664)	-
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	-	67.458	-	-	67.458
Equipamento de transporte	121.939	38.213	(50.743)	-	109.409
Equipamento administrativo	81.971	29.208	-	-	111.179
Outras imobilizações corpóreas	294	3.572	-	-	3.866
	204.204	138.451	(50.743)	-	291.912
	418.868	138.451	(50.743)	(214.664)	291.912

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

O movimento ocorrido, na rubrica “Partes de capital em empresas do grupo”, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi o seguinte:

	<u>Empresas do Grupo</u>
Saldo inicial	292.530.557
Resultado apropriado pela aplicação do método da equivalência patrimonial (Notas 6, 16 e 45):	
- Ganhos	429.651.283
- Perdas	(1.041.798)
Dividendos distribuídos à Empresa pelas filiais:	
- Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	(1.660.771)
- Seinpar Investments BV	(11.175.000)
- CMP Investments BV	(392.000.000)
Reembolso de prestações suplementares pela filiais:	
- Seinpar Investments BV	(6.500.000)
- Seminv - Investimentos, SGPS, SA	(12.090.000)
- CMP Investments BV	(22.500.000)
Empréstimos subordinados à filial Semapa Inversiones, SL	66.665.000
Cobertura de capitais próprios negativos das filiais:	
- Semapa Inversiones, SL	(625.260)
- Semapa Investments, BV	(3.138.838)
Ajustamento de partes de capital por anulação da amortização do exercício anterior do goodwill, nas filiais:	
- Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda	520.529
- Seinpart, SGPS, SA	1.766.026
- Seminv - Investimentos, SGPS, SA	4.278.786
- Semapa Investments, BV	3.515.768
Ajustamento de partes de capital por movimentos na rubrica de Resultados Transitados nas filiais:	
- Semapa Investments, BV	3
- Seminv - Investimentos, SGPS, SA	(167)
- Seinpart, SGPS, SA	670
- Semapa Inversiones, SL	3.644
Outras variações nos Capitais Próprios dos sub-grupos:	
- Enersis II - Gestão de Participações, SGPS, SA	1.233.951
- Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	(3.174.420)
- Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	2.705.434
Dividendos Semapa distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, S.A.	300.077
Saldo final	<u>349.265.474</u>

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

16. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2005, os investimentos financeiros em partes de capital em empresas do grupo, tinham a seguinte composição:

Empresas	Sede Social	31 de Dezembro de 2005			Fracção de capital detida		
		Capital social	Capitais próprios	Resultado líquido	%	Valor de balanço (Nota 10)	Proporção no resultado (Notas 10 e 45)
Betopal, S.L.	(a) Madrid	3.005	(6.901)	(27.638)	100,00%	-	(27.638)
CMP Investments B.V.	(b) Amesterdão	50.000	427.888	388.126.619	100,00%	427.888	388.126.619
Secil, S.A.	Outão	264.600.000	391.537.801	79.594.935	6,42%	25.118.926	5.106.376
Seinpar Investments, B.V.	Amesterdão	18.000	986.499	278.633	100,00%	986.499	278.633
Semapa Inversiones, S.L.	(c) Madrid	3.006	65.836.194	(1.021.061)	100,00%	65.836.194	(1.021.061)
Semapa Investments, B.V.	(d) Amesterdão	18.000	(39.483)	1.844.662	100,00%	-	1.844.662
Seminv, SGPS, SA	Amesterdão	7.500.000	256.895.967	34.294.993	100,00%	256.895.967	34.294.993
						<u>349.265.474</u>	<u>428.602.584</u>

- a) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 a Betopal, SL apresenta capitais próprios negativos de Euros 6.901 pelo que o respectivo investimento financeiro tem um valor nulo no balanço da Empresa. A Semapa apropriou-se do resultado líquido negativo desta subsidiária, no montante de Euros 27.638, nas seguintes rubricas da demonstração dos resultados: (i) em “Perdas em empresas do grupo e associadas” até ao valor contabilístico da participação, no montante de Euros 20.737 (Nota 45) e (ii) em “Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros”, para cobertura do capital próprio negativo em Euros 6.901 (Notas 21 e 45).
- b) No decorrer do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 a subsidiária CMP Investments BV alienou a totalidade da sua participação do capital da Enersis II, SGPS, SA, holding do sector das energias renováveis do Grupo pelo que os seus resultados reflectem a mais valia obtida, no montante de Euros 384.607.117.
- c) No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 e após ajustamentos de consolidação, o valor dos capitais próprios da Semapa Inversiones, SL apresentava-se negativo, pelo que, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Semapa SGPS, SA fez empréstimos subordinados a esta participada, no montante de Euros 66.665.000 (Nota 10) e reverteu a provisão para capitais próprios negativos, apropriados pelo método da equivalência patrimonial, na rubrica do passivo “Provisões – Outras provisões”, no montante de Euros 625.260 (Nota 34).
- d) Após ajustamentos de consolidação, o valor dos capitais próprios da subsidiária Semapa Investments é negativo, pelo que o respectivo investimento financeiro apresenta um valor nulo no balanço da Semapa SGPS, SA, e o valor dos respectivos capitais próprios negativos, apropriados pelo método da equivalência patrimonial, encontram-se cobertos na rubrica do passivo “Provisões – Outras provisões”, pelo montante de Euros 39.483 (Nota 34).

As subsidiárias Semapa Investments, BV e Semapa Inversiones, SL dominam indirectamente 15,3% e 14,7%, respectivamente, da Portucel, SA através da Seinpart, SGPS, SA, que detém 30% do capital social da Portucel SA, sendo que, a Semapa Investments BV detém ainda uma participação directa de 37,1% no capital desta sociedade.

A subsidiária Seminv, SGPS, SA detém 100% da sociedade Cimentospar, SGPS, Lda, a qual por seu turno detém 41,06% do capital social da Secil, SA pelo que a Semapa controla, directa e indirectamente, 46,97% do capital social da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA correspondendo a 51% dos direitos de voto.

(Montantes expressos em Euros)

21. MOVIMENTO OCORRIDO EM AJUSTAMENTOS DE ACTIVOS

O movimento ocorrido nas rubricas de ajustamentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Saldo final
Dívidas de terceiros:				
Outros devedores	402.000	7.451.000	-	7.853.000
Títulos negociáveis:				
Outros títulos negociáveis	6.405	-	(6.405)	-
	408.405	7.451.000	(6.405)	7.853.000

23. DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2005, as dívidas de cobrança duvidosa ascendiam a Euros 7.853.000 e estavam incluídas no balanço na rubrica “Outros devedores”, sendo nula a quantia contabilística reportada, líquida de ajustamentos (Nota 21).

25. DÍVIDAS ACTIVAS E PASSIVAS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2005 a Empresa tinha dívidas passivas relacionadas com o pessoal no montante de Euros 24.741 (Nota 49). Em 31 de Dezembro de 2004 a Empresa tinha dívidas activas relacionadas com o pessoal no montante de Euros 245 (Nota 49).

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS

Responsabilidades por complementos de pensões de reforma

Plano de benefícios definidos a cargo da Empresa

A Assembleia Geral Anual de accionistas, realizada em 30 de Março de 2005, aprovou o Regulamento de reforma dos administradores da Semapa, em execução do disposto no artigo 17º dos estatutos da sociedade. Nos termos do referido regulamento, os administradores da Semapa têm direito ao abono de uma pensão mensal vitalícia paga 12 vezes por ano, a partir dos 55 anos de idade, se tiverem prestado o mínimo de 8 anos de serviço à sociedade, seguidos ou interpolados, na qualidade de administradores, o qual só poderá ser exercido quando da cessação do exercício de funções.

De acordo com o cálculo actuarial, reportado a 31 de Dezembro de 2005, as responsabilidades por serviços passados ascendem a Euros 84.295.795, encontrando-se totalmente provisionadas na rubrica do passivo “Provisões para pensões” (Nota 34) por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal - Pensões”, nos termos da IAS 19.

O cálculo actuarial considera os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

	<u>31-12-2005</u>
Tabelas de mortalidade	TV 88/90
Tabela de Invalidez	EKV 80
Taxa de crescimento das pensões	2,25%
Taxa técnica de juro	4,50%
Taxas de rendimento para os administradores	4,50%
Taxas de crescimento salarial	2,50%
Taxa de reversibilidade das pensões	50%
Nº de prestações anuais do complemento Semapa	12
Formula de Benefícios da Segurança Social	Decreto-Lei nº 35/2002 de 19 de Fevereiro

32. GARANTIAS PRESTADAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, as filiais Semapa Inversiones, SL e Semapa Investments, BV contraíram conjuntamente com a Semapa, junto de um sindicato bancário, um financiamento (cujo capital em dívida a 31 de Dezembro de 2005 é de Euros 326.090.563) para a aquisição, através da Seinpart – Participações, SGPS, SA e Semapa Investments, BV, de uma participação de 67,1% do capital social da sociedade Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA.

No âmbito deste financiamento foram constituídos penhores sobre as partes de capital e prestações acessórias detidas directa e indirectamente pela Semapa nas sociedades Semapa Inversiones, SL, Semapa Investments, BV, Seinpart – Participações, SGPS, SA, Portucel – Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA e CMP Investments, BV.

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, realizaram-se os seguintes movimentos nas rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reduções	Saldo final
Provisões,:				
Pensões (Nota 31)	-	84.295.795	-	84.295.795
Apropriação pelo método da equivalência patrimonial de capitais próprios negativos de subsidiárias (Nota 16)	3.803.582	6.901	(3.764.100)	46.383
Outras provisões	784.262	10.429.165	-	11.213.427
	<u>4.587.844</u>	<u>94.731.861</u>	<u>(3.764.100)</u>	<u>95.555.605</u>

O valor dos capitais próprios da subsidiária Semapa Inversiones S.L. era negativo a 31 de Dezembro de 2004 no montante de Euros 625.260 (Nota 16) tendo sido constituída uma provisão de igual montante. Esta provisão foi revertida durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, em virtude da Semapa se ter apropriado, através do método da equivalência patrimonial, dos capitais próprios positivos desta participada, no montante de Euros 65.836.194 (Notas 10 e 16).

O valor dos capitais próprios, da subsidiária Semapa Investments B.V. era negativo, a 31 de Dezembro de 2004, no montante de Euros 3.178.322 tendo sido constituída nessa data uma provisão de igual montante. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 esta provisão foi reduzida em Euros 3.138.839, em virtude da Semapa se ter apropriado, através do método da equivalência patrimonial, da variação positiva do mesmo montante ocorrida nos capitais próprios positivos desta participada (Notas 10 e 16).

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2005, o valor dos capitais próprios da subsidiária Betopal, SL era negativo no montante de Euros 6.901 (Notas 16 e 45), tendo sido constituída uma provisão de igual montante.

O reforço ocorrido na rubrica “Outras provisões” inclui o montante de Euros 10.360.652 relativos à estimativa para remunerações variáveis dos administradores conforme os estatutos da Empresa (Nota 2).

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital social da Empresa, encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 118.332.445 acções com o valor nominal de 1 Euro cada (Nota 40).

37. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS COLECTIVAS COM CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO

De acordo com a última Assembleia Geral, datada de 30 de Março de 2005, e as participações qualificadas comunicadas, as seguintes pessoas colectivas detêm o capital em 31 de Dezembro de 2005:

Nome	Nº de Acções	%
Sodim, SGPS, S.A.	26.115.000	22,07
Credit Suisse	23.820.387	20,13
Longapar, SGPS, S.A.	20.000.000	16,90
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, S.A.	14.592.300	12,33
Banco BPI, SA	7.926.800	6,70
Banco Espírito Santo, SA	7.012.006	5,93
Seminv - Investimentos, SGPS, S.A	2.727.975	2,31
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, SA	2.529.248	2,14
AF Investimentos - Fundo Imobiliários, SA	2.468.900	2,09
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA	1.250.000	1,06
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	9.889.829	8,36
	<u>118.332.445</u>	<u>100,00</u>

Após 31 de Dezembro de 2005 e no seguimento das participações qualificadas entretanto comunicadas, as seguintes pessoas colectivas detêm o capital da Empresa:

Nome	Nº de Acções	%
Sodim, SGPS, SA	26.115.000	22,07
Credit Suisse	23.095.800	19,52
Longapar, SGPS, SA	20.000.000	16,90
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, SA	14.592.300	12,33
Banco BPI, SA	11.855.974	10,02
Banco Espírito Santo, SA	7.012.006	5,93
Seminv - Investimentos, SGPS, SA	2.727.975	2,31
Companhia de Seguros Tranquilidade Vida, SA	2.529.248	2,14
AF Investimentos - Fundo Imobiliários, SA	2.468.900	2,09
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA	1.250.000	1,06
Outros accionistas com participações inferiores a 2%	6.685.242	5,65
	<u>118.332.445</u>	<u>100,00</u>

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	118.332.445	-	-	-	118.332.445
Prémios de emissão de acções	3.923.459	-	-	-	3.923.459
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas (Nota 10)	(32.230.787)	14.324.888	(3.174.587)	-	(21.080.486)
Reservas:					
Reservas legais	13.117.391	-	-	9.103.686	22.221.077
Outras reservas	101.765.900	-	-	147.853.467	249.619.367
Resultados transitados	(2.557.432)	-	-	3.000.000	442.568
Resultado líquido do período	182.073.722	329.817.303	(22.116.569)	(159.957.153)	329.817.303
	<u>384.424.698</u>	<u>344.142.191</u>	<u>(25.291.156)</u>	<u>-</u>	<u>703.275.733</u>

Por deliberação da Assembleia Geral da Empresa, realizada em 30 de Março de 2005, a aplicação do resultado líquido do exercício de 2004, foi como segue:

Distribuição de dividendos (0,11 euros por acção)	13.016.569
Reservas legais	9.103.686
Outras reservas	147.853.467
Gratificação de balanço nos termos estatutários	9.100.000
Resultados transitados	3.000.000
	<u>182.073.722</u>

Ajustamentos de partes do capital em filiais e associadas: reflectem a compensação efectuada entre os valores contabilísticos das partes de capital detidas nas empresas do grupo e associadas e a proporção dos capitais próprios que eles representavam na data do primeiro registo pelo método de equivalência patrimonial, bem como os ajustamentos efectuados, após aquela data, directamente aos seus capitais próprios.

A movimentação ocorrida nesta rubrica, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, apresenta-se como segue:

	<u>Ajustamentos de partes capital</u>
Saldo inicial	(32.230.787)
Ajustamento de partes de capital por anulação da amortização do exercício anterior do goodwill, nas filiais:	
- Cimentospar - Participações Sociais, SGPS, Lda	520.529
- Seinpart, SGPS, SA	1.766.026
- Seminv - Investimentos, SGPS, SA	4.278.786
- Semapa Investments, BV	3.515.768
Ajustamento de partes de capital por movimentos na rubrica de Resultados Transitados nas filiais:	
- Semapa Investments, BV	3
- Seminv - Investimentos, SGPS, SA	(167)
- Seinpart, SGPS, SA	670
- Semapa Inversiones, SL	3.644
Outras variações nos Capitais Próprios dos sub-grupos:	
- Enersis II - Gestão de Participações, SGPS, SA	1.233.951
- Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	(3.174.420)
- Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	2.705.434
Dividendos Semapa distribuídos à subsidiária Seminv, SGPS, S.A.	300.077
Saldo final	<u>(21.080.486)</u>

Reservas legais: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinada ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais, incluindo a participação nos resultados de 2004 (Nota 40) e 2003, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram as seguintes:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Conselho de Administração - Remuneração	5.093.954	1.828.222
Conselho de Administração - Participação nos resultados (Nota 40)	9.100.000	2.000.000
Conselho Fiscal	4.788	4.090
	<u>14.198.742</u>	<u>3.832.312</u>

Adicionalmente os administradores da Semapa beneficiam de um plano de pensões conforme descrito na Nota 31.

Foi provisionado na rubrica do passivo "Provisões – Outras provisões" a estimativa para as remunerações variáveis dos administradores relativas a 2005 (Nota 34).

44. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS

As prestações de serviços de gestão a subsidiárias do grupo, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, distribuem-se da seguinte forma:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Mercado interno (Nota 53)	6.372.800	450.938
Mercado externo (Nota 53)	201.000	590.250
	<u>6.573.800</u>	<u>1.041.188</u>

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

45. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Juros suportados com empréstimos obtidos junto de accionistas (Nota 52)	287.226	250.259
Juros suportados com empréstimos obtidos junto de empresas do grupo (Nota 53)	468.238	389.182
Juros suportados com outros empréstimos obtidos	900.453	840.585
Perdas em empresas do grupo (Nota 16)	1.041.798	8.414.289
Ajustamentos de investimentos financeiros (Nota 16 e 34)	6.901	3.809.987
Outros custos e perdas financeiros (Nota 49)	31.013	63.345
	<u>2.735.629</u>	<u>13.767.647</u>
Resultados financeiros	<u>432.517.354</u>	<u>43.574.865</u>
	<u><u>435.252.983</u></u>	<u><u>57.342.512</u></u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Juros obtidos com empréstimos concedidos a empresas do grupo (Nota 53)	5.458.779	6.395.026
Outros juros obtidos	125.812	49.480
Ganhos em empresas do grupo e associadas (Nota 16)	429.651.283	50.887.963
Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	-	10.012
Rendimentos de participações de capital	10.704	31
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros (Nota 21)	6.405	
	<u>6.405</u>	
	<u><u>435.252.983</u></u>	<u><u>57.342.512</u></u>

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

46. DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 têm a seguinte composição:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
<u>Custos e perdas:</u>		
Donativos	5.000	150
Dívidas incobráveis	-	127
Perdas em imobilizações	61	-
Outros custos e perdas extraordinários (Nota 31)	-	39.455
	<u>5.061</u>	<u>39.732</u>
Resultados extraordinários	<u>(3.762)</u>	<u>144.418.855</u>
	<u><u>6.360</u></u>	<u><u>144.498.319</u></u>
<u>Proveitos e ganhos:</u>		
Ganhos em imobilizações	1.000	144.423.548
Outros proveitos e ganhos extraordinários	299	35.039
	<u>1.299</u>	<u>144.458.587</u>

Em 31 de Dezembro de 2004, a rubrica “Ganhos em imobilizações” inclui o montante de Euros 144.303.341 referente à mais valia apurada na alienação de 45,125% do capital social da Secil – Companhia Geral de Cal e Cimento, SA, que confere ao seu titular 49% dos direitos de voto.

48. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2005, não existiam dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos. Os saldos com estas entidades, em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, eram como segue:

	<u>31-12-2005</u>		<u>31-12-2004</u>	
	<u>Devedores</u>	<u>Credores</u>	<u>Devedores</u>	<u>Credores</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	651.019	-	875.523	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	-	2.170.913	-	76.391
Imposto sobre o Valor Acrescentado	-	203.244	-	44.532
Contribuições para a Segurança Social	-	40.527	-	40.804
	<u>651.019</u>	<u>2.414.684</u>	<u>875.523</u>	<u>161.727</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 o montante registado na rubrica de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC, tinha a seguinte composição:

Estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 6)	(72.300)
Pagamento especial por conta	16.385
Retenções na fonte efectuadas à Empresa	706.934
	<u><u>651.019</u></u>

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

49. OUTROS DEVEDORES E CREDORES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
<u>Outros devedores</u>		
Fornecedores, c/c	155	-
Pessoal	-	245
Devedores diversos:		
Empresas do Grupo (Nota 53)	8.452.573	54.789
Outros	<u>1.040.397</u>	<u>4.225.873</u>
	9.493.125	4.280.907
Ajustamentos (Nota 21)	(7.853.000)	(402.000)
	<u>1.640.125</u>	<u>3.878.907</u>
<u>Outros credores</u>		
Fornecedores de imobilizado conta corrente	41.924	-
Pessoal	24.741	-
Consultores e assessores	<u>48.681</u>	<u>234.253</u>
	<u>115.346</u>	<u>234.253</u>

50. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, estas rubricas tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
<u>Acréscimos de proveitos</u>		
Juros a receber de depósitos a prazo	<u>21.817</u>	<u>-</u>
<u>Custos diferidos:</u>		
Rendas	40.340	17.153
Seguros	3.678	-
Despesas com abertura de crédito	147.763	-
Outros custos diferidos	<u>1.068</u>	<u>4.587</u>
	<u>192.849</u>	<u>21.740</u>
<u>Acréscimos de custos:</u>		
Juros de empréstimos a liquidar	164.105	194.868
Férias, subsídio de férias e outros encargos com o pessoal	579.161	524.981
Seguros a liquidar	-	14.008
Outros acréscimos de custos	<u>35.409</u>	<u>40.687</u>
	<u>778.675</u>	<u>774.544</u>

(Montantes expressos em Euros)

51. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	31-12-2005		31-12-2004
	Curto prazo	Médio e longo prazo	Total
Empréstimos por obrigações Semapa/98	5.611.476	7.856.067	13.467.543
Empréstimos obtidos de instituições bancárias	-	25.000.000	23.002.167
	<u>5.611.476</u>	<u>32.856.067</u>	<u>38.467.543</u>
			<u>40.958.891</u>

Em 9 de Março de 1998 a Empresa emitiu um empréstimo por obrigações, através da emissão de 4.800.000 obrigações com o valor nominal de mEsc. 1 cada, por um prazo de 10 anos. Posteriormente, durante o ano de 2001, foi efectuada a redenominação para o montante total da emissão de Euros 23.942.299, correspondente a 2.394.229.906 obrigações com o valor nominal de 0,01 euro cada. Após o reembolso antecipado e os programados no 12º e 14º cupões, ambos de 20%, ocorridos em 9 de Março de 2004 e 2005, o montante do empréstimo obrigacionista ascende actualmente a Euros 13.467.543 correspondendo a 2.244.590.447 obrigações com o valor nominal de 0,006 euro cada.

Os juros dos cupões são pagos semestralmente e os futuros reembolsos ocorrerão: 25% no 16º (09/03/2006) e no 18º (09/03/2007) e 10% no 20º e último cupão (09/03/2008), não sendo já possível qualquer reembolso antecipado por decisão da Assembleia Geral de obrigacionistas de 5 de Março de 2004. Estas obrigações foram integralmente subscritas e realizadas no acto de subscrição e encontram-se representadas por valores mobiliários escriturais cotados na Euronext Lisbon.

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos classificados a médio e longo prazo apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

2007	5.611.476
2008	2.244.591
2009	-
2010	25.000.000
	<u>32.856.067</u>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, os créditos bancários concedidos e não sacados, ascendiam a Euros 12.244.591 e a Euros 2.094.591, respectivamente.

52. ACCIONISTAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, o montante a pagar a accionistas, respeitante a operações de tesouraria, tinha o seguinte detalhe:

	31-12-2005	31-12-2004
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, SA	3.835.959	3.888.777
Longapar, SGPS, SA	2.176.148	2.026.737
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA	953.018	967.944
	<u>6.965.125</u>	<u>6.883.458</u>

Estes montantes vencem juros a taxas normais de mercado.

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as transacções com accionistas, foram como segue:

	31-12-2005		31-12-2004	
	Compras de bens e serviços	Custos financeiros (Nota 45)	Compras de bens e serviços	Custos financeiros (Nota 45)
Cimianto - Gestão de Participações, SGPS, SA	107.740	-	185.000	-
Cimo - Gestão de Participações, SGPS, SA	-	153.682	-	153.166
Longapar, SGPS, SA	-	97.411	-	62.093
Sonaca - Sociedade Nacional de Canalizações, SA	-	36.133	-	35.000
	<u>107.740</u>	<u>287.226</u>	<u>185.000</u>	<u>250.259</u>

53. EMPRESAS DO GRUPO

Os saldos em 31 de Dezembro de 2005, com as principais empresas do grupo são os seguintes:

	Activo			Passivo	
	Empresas do grupo -curto prazo	Empresas do grupo - médio e longo prazo	Outros devedores (Nota 49)	Empresas do grupo -curto prazo	Fornecedores, conta corrente
Betopal, SL	10.365	-	-	-	-
Cimenpar Investments, BV	34.540	-	-	-	-
Cimentospar - Participações, SGPS, Lda	-	-	222.481	9.030.117	-
CMP Investments, BV (Nota 21)	-	-	7.250.010	428.535	-
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	-	-	372.680	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	-	-	3.256	-	1.571
Seinpar Investments, BV	-	-	-	-	-
Seinpart - Participações, SGPS, SA	-	102.040.284	167	-	-
Semapa Inversiones, SL	707.893	-	151	-	-
Semapa Investments, BV	-	320.621.366	40	-	-
Seminv - Investimentos, SGPS, SA	16.169	-	788	-	-
Silonor, SA (Nota 21)	-	-	603.000	-	-
	<u>768.967</u>	<u>422.661.650</u>	<u>8.452.573</u>	<u>9.458.652</u>	<u>1.571</u>

Os saldos a receber das empresas de grupo, no montante de Euros 768.967, respeita a operações de tesouraria de curto prazo e vencem juros a taxas de mercado, debitados trimestralmente.

O montante de Euros 422.661.650, a receber das empresas do grupo, respeita a empréstimos de médio e longo prazo e vencem juros a taxas de mercado debitados trimestralmente.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, as transacções efectuadas com as empresas do grupo, foram como segue:

	Vendas e prestações de serviços	Compras de bens e serviços	Proveitos financeiros (Nota 45)	Custos financeiros (Nota 45)
Betopal, SL	-	-	235	-
Cimenpar Investments, BV	-	-	494	-
Cimentospar - Participações, SGPS, Lda	1.979.040	-	-	287.009
CMP Investments, BV	-	-	-	3.291
Enersis II, SGPS, SA	-	-	740.905	-
Portucel - Empresa Produtora de Pasta e Papel, SA	4.393.760	-	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, SA	-	1.873	-	-
Seinpar Investments, BV	-	-	58.503	174.396
Seinpart - Participações, SGPS, SA	-	-	3.582.493	-
Semapa Inversiones, SL	-	-	56.878	-
Semapa Investments, BV	-	-	1.000.700	3.542
Seminv - Investimentos, SGPS, SA	-	-	18.571	-
Silonor, SA	201.000	-	-	-
	<u>6.573.800</u>	<u>1.873</u>	<u>5.458.779</u>	<u>468.238</u>

O montante de Euros 6.573.800 inscrito na rubrica "Vendas e prestações de serviços", refere-se a serviços prestados pela Empresa, nas áreas financeira, contabilística, fiscal e informática, entre outros.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

54. DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2005 e 31 de Dezembro de 2004, é como segue:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Títulos negociáveis	391.932	385.527
Depósitos a prazo	3.310.000	420.660
Depósitos à ordem	77.492.700	5.789
Numerário	1.715	1.215
Descobertos bancários	-	(152.167)
	<u>81.196.347</u>	<u>661.024</u>

55. CUSTOS SUPOSTADOS COM SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ACTUAIS AUDITORES/ REVISORES

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os custos suportados com serviços prestados, pelos actuais auditores/ revisores, foram os seguintes:

	<u>31-12-2005</u>	<u>31-12-2004</u>
Serviços de Revisão Legal de Contas	44.441	56.378
Serviços de assessoria fiscal	-	86.423
Outros serviços de assessoria financeira	11.000	70.145
	<u>55.441</u>	<u>212.946</u>

56. RECONCILIAÇÃO DA RUBRICA “RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS” EVIDENCIADA NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS E NA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

A demonstração dos resultados por funções apresenta um conceito de resultados extraordinários diferente do definido no Plano Oficial de contabilidade (POC) para preparação da demonstração dos resultados por naturezas. Assim o valor dos resultados extraordinários nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 de, respectivamente, Euros 3.762 e Euros 144.418.855, apresentados na demonstração dos resultados por naturezas (Nota 46) foram reclassificados para a rubrica de resultados correntes:

	Demonstração dos resultados					
	2005			2004		
	Por naturezas	Reclassificações	Por funções	Por naturezas	Reclassificações	Por funções
Resultados operacionais	(102.623.989)	(3.762)	(102.627.751)	(5.908.815)	-	(5.908.815)
Resultados correntes	329.893.365	(3.762)	329.889.603	37.666.050	144.418.855	182.084.905
Resultados extraordinários	(3.762)	3.762	-	144.418.855	(144.418.855)	-
Resultado líquido do exercício	329.817.303	-	329.817.303	182.073.722	-	182.073.722

SEMAPA — SOCIEDADE DE INVESTIMENTO E GESTÃO, SGPS, S.A.

ANEXO AO BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005 E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO FINDO NESTA DATA

(Montantes expressos em Euros)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Pedro Mendonça de Queiroz Pereira
Presidente

Maria Maude Mendonça de Queiroz Pereira Lagos
Vogal

Carlos Eduardo Coelho Alves
Vogal

José Alfredo de Almeida Honório
Vogal

Frederico José da Cunha de Mendonça e Meneses
Vogal

Francisco José de Melo e Castro Guedes
Vogal

Paulo Jorge Morais Costa
Técnico Oficial de Contas

Luís Manuel Pego Todo Bom
Vogal

**Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria
elaborado por auditor registado na CMVM
sobre a Informação Financeira Individual**

Introdução

1 Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas da SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidência um total de €857.210.648 e um total de capital próprio de €703.275.733, incluindo um resultado líquido de €329.817.303), as Demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

3 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios

NS

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA

definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (v) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, derogados pela aplicação de Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme referido na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras, e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 10 de Março de 2006

PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda
representada por:



Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

2 No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a actividade da empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Acompanhámos igualmente os trabalhos desenvolvidos pela PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda e apreciamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, em anexo, com a qual concordamos. Tomámos também conhecimento do teor do Relatório sobre a Fiscalização endereçado por aquela Sociedade ao Conselho de Administração, nos termos do artº 451º do Código das Sociedades Comerciais.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados;
- iii) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade evidenciando os aspectos mais significativos;
- iv) a proposta de aplicação de resultados se encontra devidamente fundamentada.

SEMAPA – Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A.

5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

Lisboa, 10 de Março de 2006

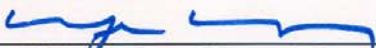
O Presidente do Conselho Fiscal

PricewaterhouseCoopers & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



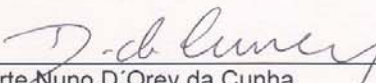
Abdul Nasser Abdul Sattar, R.O.C.

O Vogal



Dr. Rafael Caldera Castel-Branco Valverde

O Vogal



Dr. Duarte Nuno D'Orey da Cunha

Semapa
Assembleia Geral
Acta nº 23

No dia 3 de Abril de 2006, pelas 11 horas, reuniu em Lisboa, no Hotel Ritz, a Assembleia Geral da Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, SA, sociedade aberta, [...]

[...]

Estando a assembleia regularmente convocada e em condições de deliberar validamente, o Senhor Presidente iniciou a sessão, agradeceu a presença de todos os accionistas e procedeu à leitura da ordem de trabalhos.

[...]

Ninguém mais desejando usar da palavra, o Senhor Presidente submeteu à votação o Relatório de Gestão, o Balanço e as Contas do exercício bem como o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal, e de forma independente os documentos de consolidação de contas relativos ao mesmo período, tendo em ambos os casos os documentos sido aprovados com as abstenções de accionistas que representavam 57 votos e os votos favoráveis de todos os demais accionistas presentes. [...].

Entrou-se então no terceiro ponto da ordem de trabalhos, tendo o Senhor Presidente começado por ler a única proposta existente da responsabilidade do Conselho de Administração, que se transcreve:

- *Considerando que a Empresa deve manter uma estrutura financeira compatível com o crescimento sustentado do Grupo que tutela nas diversas Áreas de Negócio onde opera;*
- *Considerando que a independência da Empresa perante o sistema financeiro passa pela preservação no curto, médio e longo prazos de níveis de endividamento consolidados que permitam a manutenção de indicadores sólidos de solvabilidade, e*
- *Considerando ainda que a alienação pela sociedade da sua participação na Enersis II gerou resultados extraordinários e não recorrentes que justificam plenamente o pagamento de um dividendo de valor significativamente superior àquele que seria proposto se não tivesse ocorrido o referido ganho,*

Propõe-se a seguinte aplicação para o saldo da conta de Resultados Líquidos de 329 817 303 euros:

Dividendos às ações em circulação (de 0,42 euros/ ação) 49 699 627 euros

Reserva Legal 1 445 412 euros

Reservas Livres 278 672 264 euros”

Como ninguém desejou usar da palavra, o Senhor Presidente considerou encerrada a discussão e submeteu a proposta à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

[...]



Semapa - Sociedade de Investimento e Gestão, SGPS, S.A. Sociedade Aberta

Sede: Av. Fontes Pereira de Melo, 14 – 10º -1050-121 Lisboa
Capital Social: 118.332.445 Euros - Mat. na C.R.C. de Lisboa sob o n.º 2630 - NIPC n.º 502593130

COMUNICADO

DELIBERAÇÕES ASSEMBLEIA GERAL

Informamos que na Assembleia Geral Anual de Accionistas desta sociedade, realizada em 3 de Abril de 2006, foram aprovados os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas relativos ao exercício de 2005; foi deliberada a distribuição de um dividendo de 42 cêntimos por acção; foram eleitos os Corpos Sociais para o quadriénio de 2006-2009 e foi aprovada a alteração dos números 5 e 8, do artigo 9º do contrato social no sentido de permitir que a apresentação dos comprovativos de titularidade de acções e dos instrumentos de representação possa ser efectuada até 5 dias antes da data das assembleias gerais.

Lisboa, 03 de Abril de 2006

A Administração